

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES

MARQUÉLI LOCATELLI

INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

CAXIAS DO SUL

2019

MARQUÉLI LOCATELLI

**INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia pela Universidade de Caxias do Sul.

Orientadora: Prof^ª Dr.^a Carla Beatris Valentini.

CAXIAS DO SUL

2019

MARQUÉLI LOCATELLI

INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:

PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia pela Universidade de Caxias do Sul.

Aprovada em: _____

Banca Examinadora

Profª Dr.ª Carla Beatris Valentini

Universidade de Caxias do Sul – UCS

Profª Ms.ª Taciana Zanolla

Universidade de Caxias do Sul – UCS

Profª Ms.ª Maria Christine Quillfeldt Carara

Universidade de Caxias do Sul – UCS

Dedico este trabalho aos meus ex alunos, aos atuais alunos e aos futuros alunos: é por vocês que a luta pela educação continua! Também dedico a todos os professores que tive o prazer de encontrar, que me inspiram e motivam nos pequenos detalhes.

AGRADECIMENTOS

Chegar ao final dessa trajetória me faz reviver todos os momentos que foram vividos ao longo desses quatro anos. Cada pessoa, cada professor, cada colega, cada aula e cada experiência são os motivos pelos quais sou grata e tenho a plena certeza de ter vivido intensamente as inúmeras oportunidades que tive aqui.

O meu maior e mais sincero agradecimento a Deus, minha força e minha luz em todos os momentos, por tantas bênçãos recebidas;

À Nossa Senhora, a qual sempre fui muito devota, por ser meu refúgio nas dificuldades;

Aos meus pais Jorge e Leda, sem os quais eu não teria chegado até aqui, por todo o incentivo, paciência, amor e dedicação que depositam em mim a cada dia.

À minha estimada “nona Brandina”, que me deu todo incentivo para concluir essa fase tão importante da minha vida e também aos meus avós que já partiram, onde quer que estejam, sei que estão felizes por mim.

À toda a minha família que esteve sempre ao meu lado, dando todo o apoio necessário, em especial, à minha dinda Marli.

À minha prima, madrinha e amiga Luciana, por estar sempre ao meu lado, me motivar e me ajudar em cada decisão que tomei ao longo desses anos e também pelo carinho que sempre teve comigo;

Às minhas amigas Êmily, Dalisa, Tatiane, Camila, Keiti e Laís, por estarem ao meu lado nessa conquista, comemorem comigo a cada vitória, me motivarem e por serem tão especiais em meu caminho;

Ao meu estimado “Quarteto Fantástico”, Janaína, Deisi e Milena, pela incrível amizade construída ao longo desses quatro anos, por tantas experiências e vivências compartilhadas. Amizades que a UCS proporcionou e que fez essa trajetória ser ainda mais feliz.

À professora orientadora Carla Valentini, minha eterna admiração e gratidão pelas orientações, pela dedicação e por cada palavra de incentivo ao longo do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso;

A todos os professores da Universidade de Caxias do Sul, que colaboraram para a minha constituição como pedagoga, por tantos conhecimentos compartilhados e experiências vividas;

Aos professores que participaram da pesquisa de opinião, por me possibilitarem conhecer e compreender a realidade da educação inclusiva nos dias atuais;

A todos que estiveram ao meu lado e me deram apoio e motivação, deixo registrada minha eterna gratidão.

A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo de busca.

Paulo Freire

RESUMO

Este estudo apresenta conceitos e definições que se relacionam à inclusão na Educação Infantil, apontando as percepções e os desafios evidenciados por professores que atuam nessa etapa da escolarização. A inclusão é um assunto de extrema importância nos dias atuais, tendo em vista o direito que toda pessoa tem à educação de qualidade. A Educação Infantil, considerada a primeira etapa da educação básica, busca o desenvolvimento integral das crianças que a frequentam. Entretanto, a inclusão na Educação Infantil é um tema relativamente novo. Para tal, o presente trabalho tem como objetivo compreender os desafios percebidos pelos professores da Educação Infantil, quanto aos processos que envolvem a inclusão de crianças com deficiência e NEE no âmbito escolar. Para isso o texto enfatiza a importância da inclusão no ambiente da Educação Infantil, além de realizar uma breve análise nos conceitos e definições que se relacionam ao percurso histórico da Educação Infantil em diversos momentos. Ao abordar os assuntos referentes à inclusão, busca-se também diferenciar os conceitos de educação especial e educação inclusiva, bem como analisar as diferentes percepções no que se refere à criança com deficiência ao longo dos séculos. A metodologia utilizada para a realização do presente trabalho é a abordagem qualitativa, constituindo-se em um estudo exploratório. A primeira etapa foi a revisão bibliográfica, com o objetivo de compreender conceitos e aspectos históricos dos assuntos tratados. A segunda etapa foi a pesquisa de opinião realizada com 8 professores de educação infantil de um município do interior da serra gaúcha, com o objetivo de conhecer e analisar as percepções e os desafios evidenciados pelos professores participantes da pesquisa. Como resultado da análise, constatou-se que são muitos os desafios evidenciados pelos professores da Educação Infantil, como a falta de profissionais especializados na escola, a escassa formação de professores e a pouca parceria entre escola e família. Destaca-se, então, a necessidade de mais pesquisas acerca da inclusão na Educação Infantil, possibilitando que novas abordagens se relacionem ao assunto em direção à uma sociedade que seja realmente inclusiva.

Palavras chave: Educação inclusiva, inclusão, Educação Infantil.

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
NEE	Necessidades Educativas Especiais
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TGD	Transtorno Global do Desenvolvimento
TOD	Transtorno Opositivo Desafiador

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Formação acadêmica das participantes	40
GRÁFICO 2 – Deficiências ou NEE na Educação Infantil	41
GRÁFICO 3 – Concordância sobre inclusão na Educação Infantil.....	44

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Aspectos necessários para uma inclusão de qualidade na Educação Infantil.....	46
TABELA 2 – Aspectos que dificultam o processo de inclusão na Educação Infantil.....	49

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	EDUCAÇÃO INFANTIL E A INFÂNCIA.....	15
2.1	ENTRE CONCEITOS E DEFINIÇÕES.....	15
2.2	BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL.....	16
2.3	LEGISLAÇÕES NORTEADORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	17
2.4	O RESPEITO ÀS DIFERENÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	19
3	EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: COMPREENDENDO CONCEITOS	21
3.1	A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA HISTÓRIA: UM PERCURSO DE INDIFERENÇA 22	
3.2	EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE NECESSÁRIA.....	26
3.3	EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: UMA QUEBRA DE PARADIGMAS	29
4	A INCLUSÃO EM TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	33
4.1	O PROFESSOR INCLUSIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	35
5	PERCURSO METODOLÓGICO	38
5.1	CONTEXTO.....	39
5.2	PARTICIPANTES	39
5.3	SIGILO E PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE DOS ENVOLVIDOS	40
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	41
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
	REFERÊNCIAS	57
	APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO	62
	APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	64

1 INTRODUÇÃO

O presente tema surge do interesse pela inclusão no ambiente escolar, especialmente na Educação Infantil, campo em que atuo como profissional. A inclusão é um tema considerado atual e cada vez mais presente nas escolas, tendo em vista que cresce a cada dia o número de crianças diagnosticadas com deficiência e Necessidades Educativas Especiais. Ao longo da minha trajetória como educadora e monitora, percebi o medo e a insegurança que muitos professores sentem ao se “depararem” com alunos com deficiência ou NEE no ambiente escolar.

Dessa forma, analisando minhas vivências acadêmicas, pessoais e profissionais relacionadas aos assuntos que envolvem as crianças com deficiência no ambiente escolar, pretendo desenvolver o presente Trabalho de Conclusão de Curso voltado às temáticas da Inclusão, com um olhar especial sobre o percurso da educação inclusiva e os principais desafios evidenciados pelos professores que atuam na Educação Infantil.

O período da Educação Infantil é um processo marcado por experiências e descobertas que fazem parte da educação básica. De acordo com Silva e Tavares (2016), nessa fase o brincar é um fator que promove o desenvolvimento de habilidades importantes para o aprimoramento dos fatores sociais, cognitivos e emocionais. Assim, o cuidar e o educar se unem, em prol de um processo educativo inclusivo.

Dessa forma, o desenvolvimento humano está inter-relacionado com a aprendizagem. É nesse período também que são observados fatores sociais e comportamentais da criança, considerados importantes para o diagnóstico de possíveis deficiências. No caso de se haverem diagnósticos comprovados para determinada deficiência, inicia-se um novo processo: a inclusão dentro da Educação Infantil.

O movimento de inclusão, conforme Pinto (2017), baseia-se no direito que toda pessoa tem de frequentar qualquer ambiente, tornando-se ilegal a instituição recusar-se a receber crianças e adultos com deficiência e NEE. Relacionando a Educação Infantil com a inclusão, destaca-se o respeito à construção, à autonomia e à singularidade da criança que se encontra em pleno desenvolvimento, fatores importantes para a construção de uma convivência agradável para todos.

Mantoan (2003), ao abordar a inclusão escolar, afirma que ela deve acontecer de forma radical, completa e sistemática, tendo em vista que esse é um direito de todo cidadão. Dessa forma, a inclusão de crianças com deficiência questiona toda a organização da escola regular e,

implica em uma mudança na perspectiva educacional, modificando a estrutura do corpo docente e uma reestruturação de todo cotidiano. Os profissionais envolvidos devem proporcionar aos alunos, metodologias de trabalho diversificadas que ofereçam oportunidades de inclusão, socialização e integração entre todos aqueles que fazem parte do ambiente escolar, desde alunos, professores e funcionários.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) evidencia o movimento mundial pela educação inclusiva como ação política, cultural, social e pedagógica como resultado da luta pelos direitos humanos. Construir uma educação inclusiva de qualidade faz com que sejam repensadas mudanças estruturais e culturais no ambiente escolar, permitindo que as necessidades de cada educando sejam atendidas e respeitadas. Lorenço (2010), ao abordar a educação inclusiva, afirma a necessidade apresentada de constituir a escola como um lugar de respeito às diferenças e acessível a todos.

Ao longo do texto apresentado, serão discutidos os conceitos que definem os temas abordados, como inclusão, educação especial e educação inclusiva. Tendo em vista o enfoque na educação inclusiva, Lorenço (2010) afirma que é necessário vivenciar uma transformação da sociedade e das instituições para acolher às pessoas com deficiência e NEE.

Com enfoque na educação inclusiva dentro dos âmbitos da Educação Infantil, é necessário refletir sobre as percepções e os desafios que fazem parte do trabalho pedagógico dos professores, já que é através de um trabalho que valoriza as conquistas da criança e respeita as suas limitações, que a inclusão acontece de forma efetiva.

A metodologia a ser utilizada neste trabalho baseia-se em leituras e análises de referenciais teóricos que abordam os temas em questão. Também será realizada uma pesquisa de opinião com professores da Educação Infantil, cujas turmas contam com crianças com deficiências e NEE, sendo essa uma oportunidade de compreender as percepções e os desafios que apresentam, levando em consideração a relevância da educação inclusiva nos dias atuais.

O texto estrutura-se em sete capítulos, incorporando a introdução. No segundo capítulo, busca-se uma explicação sobre a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, bem como das suas definições, um breve histórico, documentos que a norteiam e a importância da mesma quanto ao respeito à singularidade e a individualidade de cada criança.

No terceiro capítulo, o foco do trabalho está na educação inclusiva, na educação especial, e nos processos de inclusão, analisando-se também o histórico e os avanços na percepção da pessoa com deficiência. No quarto capítulo, é realizada uma relação entre os conceitos de educação inclusiva/inclusão na Educação Infantil, enfatizando a forma com que o processo educativo inclusivo acontece nessa etapa da educação básica.

Após, no quinto capítulo, é apresentado o percurso metodológico percorrido para desenvolvimento da presente pesquisa. Através de uma análise dos resultados obtidos pelos questionários realizados com professores da Educação Infantil, o sexto capítulo busca discutir as percepções e desafios evidenciados. Por fim, o sétimo apresenta as considerações finais.

Dessa forma, esse trabalho pode contribuir para uma discussão constante acerca da inclusão de crianças com deficiência e NEE na Educação Infantil, atentando-se para as percepções e os desafios observados pelos professores que atuam na área. Assim, essa pesquisa estrutura-se a partir do seguinte problema de pesquisa:

Que percepções e desafios quanto à Educação Inclusiva são percebidos pelos professores que atuam na Educação Infantil?

2 EDUCAÇÃO INFANTIL E A INFÂNCIA

Nesse capítulo são apresentados conceitos referentes à fase da Educação Infantil, possibilitando que seja compreendida como o primeiro nível da Educação Básica. Essa etapa é de fundamental importância para o objetivo o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físicos, sociais, intelectuais e psicológicos. Essa fase de escolarização passou por inúmeras mudanças e transições, até se tornar obrigatória e pautada no cuidar e no educar, tidos como eixos principais dessa etapa.

2.1 ENTRE CONCEITOS E DEFINIÇÕES

A Constituição Federal (CF) de 1988 determina a educação como um direito de todo indivíduo e um dever do Estado e da família, objetivando “o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988, art. 205).

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (2017), elaborada com contribuições de professores e especialistas, a educação básica em vigor no Brasil divide-se em três importantes etapas, sendo elas: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Tais etapas são de grande relevância na constituição de um sujeito ativo, tendo em vista que visam assegurar uma formação humana de forma integral.

A Educação Infantil, como sendo a primeira etapa da Educação Básica, é o início de todo o processo educativo e atende o indivíduo de 0 a 5 anos e 11 meses, sendo denominados como bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas. Destaca-se como bebês, aqueles com faixa etária entre 0 à 1 ano e 6 meses, como crianças bem pequenas, aqueles entre 1 ano e 7 meses à 3 anos e 11 meses, e por fim, crianças pequenas são considerados aqueles entre 4 anos à 5 anos e 11 anos. Ainda em conformidade com o que diz a BNCC (2017), nessa etapa é importante que a criança possa aprender e se desenvolver com situações reais, construindo assim significados sobre si e sobre o mundo.

Atentando-se aos aspectos importantes que marcam essa fase de vida da criança, Marques destaca que “os objetivos da educação infantil devem visar o desenvolvimento físico, emocional, social e intelectual da criança, objetivando sua autonomia, autocontrole e confiança para se expressar e se comunicar” (MARQUES, 2008, p. 07). O desenvolvimento integral é, dessa forma, incentivado em cada momento que faz parte do cotidiano da escola.

O desenvolvimento humano também é marcado por processos de ensino e de aprendizagem, que se iniciam ainda durante a gestação. Por isso, a escola deve acolher a criança, oferecendo-lhe um ambiente seguro e valorizando às suas vivências, já que, segundo Marques (2008), ela não pode ser considerada como uma página em branco, um ser que ainda não sabe de nada, mas sim como um sujeito que está construindo a sua própria história de vida.

2.2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL

A etapa da Educação Infantil como a conhecemos hoje, passou por inúmeras transições e torna-se relativamente recente, ao analisar a Educação em seu processo histórico. No Brasil, diferente dos países europeus, a organização das creches, asilos e orfanatos era pautada em caráter assistencialista. Para melhor compreender a organização da Educação Infantil nos dias atuais, é necessário analisar o percurso histórico da mesma em âmbitos mundiais e nacional.

O primeiro direito garantido por lei relacionado à Educação se deu no ano de 1934 e foi confirmado com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Silva (2014) assegura que através dessa lei, as funcionárias que possuíam filhos tinham direito a uma creche no local de trabalho, que cuidasse das crianças enquanto essas estivessem trabalhando.

Na década de 1960 foi crescente o número de procura por vagas nas creches e assim,

surgiram várias modalidades de atendimento, tanto nas instâncias públicas quanto privadas e filantrópicas, com diferentes denominações (creches, parques infantis, jardins de infância, escolas maternais, pré-escolas). Esses estabelecimentos se espalhavam pelo país, tendo pouca ou nenhuma supervisão dos órgãos públicos competentes. (SILVA, 2014, p. 19).

O intuito das creches até pouco antes da década de 80, era ajudar as mulheres que trabalhavam fora de casa e auxiliar as viúvas que se encontravam desamparadas, um dos resultados da sociedade patriarcal que persistia na época. Conforme Silva (2011), esse constante aumento significativo na procura por creches se deu devido à fatores como a crescente urbanização e industrialização, estando ligada a conquistas em outras áreas, como a maior participação da mulher no mercado de trabalho.

Assim, na trajetória da educação infantil, ocorreram alguns embates entre as concepções educacionais presentes na década de setenta e oitenta do século XIX. Houve uma polêmica entre educação e assistência, que foram consideradas como polos opostos, ocorrendo a supremacia dos discursos que valorizavam a presença do educacional sobre o assistencial. (SILVA, 2011, p. 21).

Enfim, com a promulgação de leis e documentos que garantem uma educação de qualidade para todos os indivíduos, encontramos a Educação Infantil na estrutura que se mantém até os dias atuais, sendo de responsabilidade dos municípios e podendo ser ofertada em instituições públicas e privadas, priorizando a qualidade no atendimento às crianças que se encaixam na faixa etária determinada.

2.3 LEGISLAÇÕES NORTEADORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para assegurar a Educação como um direito garantido por Lei e com a obrigação de ser mantido com equidade e responsabilidade, são diversos os documentos, leis, normas e diretrizes que organizam a Educação Infantil, sendo considerada essa, a primeira etapa da escolarização e de grande importância para o desenvolvimento dos educandos.

Inicialmente, é necessário revisitar os documentos que garantem os direitos das crianças, embora sabe-se que muitos desses direitos ainda não são efetivados na prática. A Declaração Universal dos Direitos das Crianças (1959), afirma que a criança é detentora de direitos, sem distinção ou discriminação por motivos de raça, cor, sexo ou quaisquer outras condições. Essa declaração também afirma que a criança tem o direito de receber educação gratuita e em condições de iguais oportunidades.

A Constituição Federal (1988) considera a educação um direito social, da mesma forma que a alimentação, a saúde, o trabalho, entre outros. Assim consta no artigo 205 da Constituição Federal (1988):

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Dessa forma, a Educação Infantil é ofertada de forma gratuita, em creches e pré-escola, para crianças de até 5 anos e 11 meses de idade. Ainda levando em consideração os direitos das crianças, foi realizada a Convenção sobre os Direitos das Crianças (1989) e ratificada por 196 países. As considerações realizadas na Convenção reconhecem o direito à educação, que deve visar o desenvolvimento das aptidões fundamentais para uma vida responsável, respeitando tudo que faz parte da sua sociedade.

Ainda visando a proteção integral da criança e como forma de garantir seus direitos, é promulgado no ano de 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O direito à educação tem como objetivo o desenvolvimento pleno da pessoa, preparando-o para o exercício

da cidadania. Também, de acordo com o ECA, é garantido o atendimento a crianças de zero a cinco anos de idade, em creches e pré-escolas. Assim consta no seu artigo 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990).

A educação básica, como abordado anteriormente, é composta pelas etapas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Tendo como foco do presente trabalho a etapa da Educação Infantil, a reflexão inicia sendo pautada pelos documentos que a norteiam, como a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). De acordo com a LDB, a Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral do educando, em todos os seus aspectos. Além disso, a Educação Infantil é oferecida em creches ou entidades equivalentes para crianças de até três anos de idade e em pré-escola, para crianças dos quatro aos cinco anos e 11 meses de idade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013), além de reafirmarem a garantia da Educação Infantil para crianças de 0 a 5 anos, busca promover a equidade da aprendizagem, garantindo que todos os conteúdos sejam trabalhados, levando-se em consideração os diferentes contextos e situações que fazem parte da realidade dos educandos. Sobre as práticas a serem desenvolvidas na Educação Infantil, assim consta nas DCN:

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico. Tais práticas são efetivadas por meio de relações sociais que as crianças desde bem pequenas estabelecem com os professores e as outras crianças, e afetam a construção de suas identidades. (BRASIL, 2013, p.86).

No que se refere às DCNs, torna-se de extrema importância destacar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil especificamente. Nesse documento, são definidos conceitos, princípios, fundamentos e procedimentos importantes para a elaboração e execução das propostas pedagógicas observadas nessa etapa.

Outro documento de extrema importância não apenas para a Educação Infantil, mas como para todas as etapas da educação básica, é a Base Nacional Comum Curricular (2017). De forma geral, a BNCC é o documento que regulamenta as aprendizagens essenciais a serem trabalhadas nas escolas. Com um texto amplo e completo, esse documento garante os direitos

de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, organizando campos de experiência que relacionam as experiências concretas da vida real do educando.

Considerando que, na Educação Infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, assegurando-lhes os direitos de *conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se*, a organização curricular da Educação Infantil na BNCC está estruturada em cinco campos de experiências, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. (BRASIL, 2017, p.40).

Os documentos citados acima são de fundamental relevância para estruturar e organizar a Educação Infantil e os processos que a compõem. O conhecimento sobre esses documentos norteadores dessa etapa da educação básica é imprescindível para que o trabalho pedagógico seja desenvolvido da melhor forma nas instituições escolares, proporcionando boas condições de ensino e aprendizagem para professores e educandos.

2.4 O RESPEITO ÀS DIFERENÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil é uma fase marcada por descobertas e experiências que servirão de base para a construção da individualidade e da personalidade da criança. Por isso, a escola deve ser um espaço agradável, que permita a brincadeira e possa dessa forma, se tornar um ambiente acolhedor, seguro, afetivo e agradável. Também é nessa fase que a criança compreende as regras e combinações, conhecendo seus direitos e seus deveres.

Ao olhar mais atentamente o ambiente da Educação Infantil nos dias atuais, é possível perceber que as diferenças ou diversidades estão cada vez mais presentes. Tal fato não significa que antes os ambientes eram frequentados por apenas um padrão de alunos, mas significa que pessoas antes excluídas, hoje tem a oportunidade e o direito garantido de frequentar aquele espaço. Esse assunto é de extrema relevância, tendo em vista que enfatiza o respeito às individualidades.

Vivemos em um mundo de diversidades, onde a individualidade humana deve ser respeitada, reconhecida e aceita, uma vez que, comprovadamente somos diferentes uns dos outros, o que faz com que todos nós tenhamos capacidades e limitações para aprender. (SANTOS, 2008, p.07).

Dentro desse ambiente, torna-se de fundamental importância desenvolver atividades que valorizem as singularidades da criança, já que, ainda conforme Santos (2008), muitos ainda

têm a ideia de que as diversidades se referem apenas às minorias ou a pessoas com deficiências. Entretanto, é necessário refletir e perceber que todos nós somos seres únicos, diferentes uns dos outros e por isso há de se valorizar desde cedo as potencialidades que promovem o desenvolvimento de acordo com a realidade de cada pessoa.

O desenvolvimento socioemocional da criança é promovido especialmente pelas atividades educativas que se iniciam na Educação Infantil, favorecendo a construção de um ser humano ativo e pensante na sociedade em que vive. Além disso,

A pertinência de estabelecer condições escolares (programas, atividades, procedimentos, rotinas) para o desenvolvimento socioemocional de crianças também se aplica à promoção de valores e comportamentos de tolerância e respeito às diferenças. (PRETTE et al., 2012, p. 170).

É com o trabalho contínuo e pautado no respeito às individualidades, às personalidades, que se elimina quaisquer possibilidades de formas de preconceitos e discriminações futuras.

Para que o trabalho relacionado às diversidades seja relevante nos processos de escolarização, é necessário levar em conta todos os conhecimentos e histórias de vida que as crianças constroem desde o momento em que começam a interagir com a sociedade. Desde pequenas, as crianças constroem a sua identidade e trazem para a sala de aula a sua visão de mundo, seja através de desenhos, de conversas, de expressões ou mesmo nas brincadeiras que se procedem nesse ambiente.

Assim, é papel da Educação Infantil oferecer meios que instiguem e favoreçam a construção da identidade e da representatividade, tendo em vista a diversidade sempre presente no ambiente escolar e fora dele. O contato com o outro facilita a interação e o conhecimento sobre as outras formas de ver e viver as situações do dia a dia. Esses aspectos se articulam à BNCC, no que se refere ao campo de experiência “O eu, o outro e o nós”, em que as crianças constituem seu próprio modo de ser, de agir e de conviver. É assim que se amplia a percepção de si mesmo e do outro, valorizando cada vez mais as diferentes personalidades e reconhecem os sujeitos que constroem a nossa sociedade.

Por fim, ainda conforme os estudos desenvolvidos por Santos (2008), para abordar as diversidades no ambiente escolar, é necessário diversificar a prática pedagógica utilizada, podendo atender as características e necessidades apresentadas por cada aluno, tendo em vista as possibilidades que norteiam os contextos educacionais e possam servir de base para a construção de uma sociedade ética, moral e representada pelas diversidades da sociedade.

3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: COMPREENDENDO CONCEITOS

Para compreender melhor as características da inclusão no ambiente escolar, especialmente na Educação Infantil, torna-se necessário conhecer as diferentes nomenclaturas quando nos referimos a esse processo. Os termos educação inclusiva e educação especial, embora estejam ligados à mesma temática, em algumas vezes, são confundidos de acordo com a aplicação a que se referem.

A educação especial visa atender as crianças que apresentam algum tipo de deficiência ou as necessidades educativas especiais, tanto no ambiente da escola regular quanto em ambientes especializados.

A educação especial é uma modalidade de ensino destinada a educandos com deficiências no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos. Ela é o ramo da Educação que se ocupa do atendimento e da educação de pessoas com deficiência em instituições especializadas, tais como escolas para surdos, escolas para cegos ou escolas para atender pessoas com deficiência intelectual. (MENDONÇA, 2015, p. 02).

Reconhecida como uma modalidade de ensino, a educação especial perpassa todos os níveis e etapas da escolarização. Conforme Cavalcante (2011), ela também é responsável por realizar o Atendimento Educacional Especializado, ou AEE, como também é conhecido. Disponibilizando recursos, serviços e também através do AEE, a educação especial complementa ou suplementa as etapas da escolarização, mas não é substituta à mesma. Para melhor compreender a educação especial:

Como exemplo, temos o ensino do Braille e do Soroban para os educandos cegos e da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para os surdos, quer dizer, aquilo que é específico desses alunos, a fim de que os mesmos possam ter acesso ao currículo comum. O ensino de tais conteúdos é objeto da educação especial e deve ser ofertado, preferencialmente na rede regular de ensino, no atendimento educacional especializado, no contraturno do ensino regular do educando com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação. Ainda, os conteúdos do atendimento educacional especializados não devem substituir os da educação regular. (CAMARGO, 2017, p. 03).

Analisando a educação especial a partir dessa perspectiva, é possível compreendê-la como um primeiro e grande passo nos processos de inclusão. É de grande importância compreender como educação especial se inscreve na perspectiva de que a escola é um espaço comum a todos, como propõe a educação inclusiva.

Partindo-se de um olhar geral acerca da educação inclusiva na sociedade atual, é possível entendê-la como proveitosa e significativa para todos os envolvidos, tendo em vista que deve acolher a todos os estudantes. Silva Neto et al. (2018) concebem a educação inclusiva como uma grande mudança na educação e o primeiro passo na busca por uma sociedade inclusiva. É essa ampla transformação que busca a participação de todos os alunos em uma escola regular e, partindo para um campo geral, em qualquer lugar da sociedade.

Camargo, ao falar sobre os sujeitos que se beneficiam com a educação inclusiva, afirma que

ela se estende aos alunos, público-alvo da educação especial, e àqueles que não são público-alvo dessa modalidade de ensino: os alunos brancos, negros, de distintos gêneros, índios, homossexuais, heterossexuais etc. Ou seja, aos seres humanos reais, com foco prioritário aos excluídos do processo educacional. De forma contraditória, a cultura atual, principalmente a ocidental, tenta moldá-los e "formá-los" como seres homogêneos. Como consequência, os que não se enquadram nos referidos padrões e segundo as regras de normalização forjadas socialmente, recebem vários adjetivos: "anormais", "deficientes", "incapazes", "inválidos", etc. (CAMARGO, 2017, p. 02).

Essas reflexões são de extrema importância, tendo em vista as possibilidades que abrangem, além de oferecer uma maior participação do sujeito com deficiência na escola e conseqüentemente, na sociedade em que vive. A educação inclusiva é, sendo assim, uma educação que valoriza os educandos como sujeitos repletos de diferenças que, ao conviverem com os demais, se reconhecem e constroem um respeito mútuo. Enfim, todos os envolvidos são sujeitos da educação inclusiva.

3.1 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA HISTÓRIA: UM PERCURSO DE INDIFERENÇA

Ao analisar as concepções que norteiam a educação especial e a educação inclusiva, é possível perceber que se referem à conceitos relativamente novos na sociedade em que se vive, tendo em vista que as diferenças, tendo-se como foco as deficiências, sempre existiram e sempre estiveram presentes nas famílias e nas sociedades ao redor do mundo. Ao mesmo tempo em que sempre existiram, em grande parte das situações, foram vistas com um olhar de preconceito.

Ao longo do tempo, as concepções que se teve a respeito das deficiências foram se modificando. Também não nos cabe julgar as atitudes dos que viviam em épocas remotas, pois eram outros os desafios e as formas de compreender o mundo. Entretanto, é necessário pensar na quantidade de pessoas, especialmente crianças, que foram mortas, excluídas ou abandonadas por se encontrarem fora dos padrões que eram esperados para cada época. As inúmeras

conquistas que favoreceram a construção de uma educação inclusiva se devem à luta de muitas pessoas e grupos que, ao representar as minorias, representaram toda e qualquer diferença existente.

Por isso, antes de analisar o histórico da educação especial e da educação inclusiva no Brasil, nos dias de hoje, é necessário que seja feita uma revisão das diferentes concepções sobre a deficiência e como as pessoas com deficiência foram vistas ao longo do tempo e da história.

Em cada época, a deficiência foi vista de uma forma diferente. Iniciando os percursos pelos tempos mais remotos, temos que:

Na antiguidade (até 476 a.C) as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência, eram vistas pela sociedade grega como deformadas. Normalmente eram jogadas em lugares ermos, nos esgotos, posto que, predominava a ideia de que o corpo não perfeito era demoníaco. (SANTOS; PEQUENO, 2011, p. 76).

Na época, ainda se tinha a imagem de uma pessoa sem deficiência como perfeito e um sujeito com deficiência, como algo de outro mundo, sobrenatural. Por isso, muitos foram jogados em locais afastados ou mortos, sem levar em consideração a vida e a personalidade de cada um.

Depois, considerando os tempos do Império Romano, Santos e Pequeno (2011), nos remetem à ideia de que os sujeitos com deficiência eram, por vezes, ridicularizados, abandonados pela família e pelo Estado, que os tinham como “bobos da corte”. Os mesmos autores realizam uma breve análise pela Idade Média, em que as pessoas com deficiência eram mantidas isoladas em asilos, albergues ou conventos, eram tempos de exclusão.

Com esse breve trajeto pelos tempos mais antigos, temos que “a pessoa deficiente, era excluída em razão da sua deficiência, associada a uma “ineficiência”, pois, não seria “produtiva” para a nobreza. Assim, nada podia ser feito, e só restava a aceitação dessa condição”. (SANTOS; PEQUENO, 2011, p. 77).

Tehzy (2008), ao analisar a percepção da deficiência nas culturas grega, egípcia e romana, afirma que é difícil imaginar como viviam as pessoas naquele tempo, se consideramos as dificuldades para manter a sobrevivência. Cada um desses períodos, em cada cultura, foi de grande importância por permitir descobertas e experiências importantes para superar os males enfrentados.

A civilização egípcia, considerada a mais antiga da humanidade, era organizada através de hierarquias. Quanto às deficiências físicas, foram encontrados dados através de exames em

múmias e esqueletos, incluindo-se lesões que causavam limitações temporárias ou permanentes.

Encontramos retratadas em obras de arte algumas pessoas com deficiência, o que nos mostra que foi possível para alguns viver uma vida normal, inclusive constituindo família. Mesmo assim, apesar de alguns avanços na medicina, predominava nesta civilização a visão da deficiência como consequência de maus espíritos. (TEHZY, 2008, p. 38).

Os estudos que se referem às principais causas das deficiências destaca que:

Dentre as causas de deficiências na Grécia Antiga são consideradas como principais os ferimentos de guerra, a mutilação por pena ou castigo imposta aos prisioneiros de guerra e criminosos e as doenças congênitas ou acidentes muito frequentes na indústria e construção civil grega, devido à falta de proteção e segurança. (TEHZY, 2008, p. 39).

Chama atenção também, ao analisar a percepção da pessoa com deficiência que

havia na cultura grega leis e determinações que amparavam as pessoas consideradas incapacitadas para garantir seu sustento, dentre elas as pessoas com deficiência, principalmente soldados e suas famílias. Muitos destes benefícios (fornecimento de alimentos) surgiram para casos específicos que acabaram sendo estendidos a outras pessoas. (TEHZY, 2008, p. 39).

Já a civilização romana, apesar do grande legado que deixou para a sociedade atual, não dava o direito da vida à criança que nascesse com deficiências, já que essa era considerada inútil. Era papel dos pais livrar-se da criança, seja através de execuções ou mesmo do abandono.

Na época de Cristo, é possível destacar “que podemos ver na cultura romana falas sobre as pessoas com deficiência ressaltando a possibilidade de existirem nelas virtudes ou valores, inclusive espirituais” (TEHZY, 2008, p. 46). Ou seja, antes disso as pessoas com deficiência eram vistas sem virtude e sem valor, inútil para a vida social e religiosa.

Silva (1987) afirma que com o surgimento do Cristianismo, as pessoas com deficiência passaram a ser vistas como um ser da Criação de Deus e, por isso, tinham direito à vida. Entretanto, ainda durante o período da Idade Média, houve a chamada Caça às Bruxas, sendo que assim eram chamadas as pessoas que possuíam algum tipo de deficiência e não se encaixavam aos padrões de normalidade da época.

Também destaca-se que, nessa época, haviam as mutilações como castigos praticados pelos patrões. Nesses castigos, uma das punições era a amputação de partes do corpo, para que o considerado criminoso se encontrasse deformado e fosse ridicularizado na sociedade. Cria-

se, na época também, diversos hospitais que recolhiam as pessoas pobres, doentes e pessoas com deficiência. “Estas instituições serviram também de abrigo para pessoas impossibilitadas de prover seu próprio sustento, devido a sérias limitações físicas e sensoriais”. (SILVA, 1987, p. 204).

Passando para o período conhecido como Renascimento, é possível considerar os avanços na concepção da pessoa com deficiência, já que nessa época buscou-se entender os problemas vivenciados por aqueles que não eram vistos como parte da sociedade. Os surdos na visão da época, por exemplo, não recebiam educação porque eram possuídos pelos maus espíritos. Silva complementa que

Cardan inventou um código para ensinar os surdos a ler e escrever, à semelhança do futuro código de escrita e leitura Braille para os cegos que surgiria apenas no século XIX. Foi Cardan quem influenciou as ideias do monge beneditino espanhol Pedro Ponce de León (1520 a 1584), muito dedicado à educação dos deficientes auditivos e que nunca escreveu sobre seu método de trabalho. (SILVA, 1987, p. 228).

No que se refere às crianças

abandonadas com doença ou deficiência passam a ser cuidadas por organizações da Coroa Britânica, buscando que as mesmas obtivessem trabalho quando chegassem numa idade apropriada para se manter, proteção para elas através do governo, o qual pagava famílias que se dispusessem a cuidar por um baixo custo e na hipótese de não se conseguir nenhuma das duas alternativas, aplicava-se a internação em orfanatos. (MENDES, 2012, p. 19).

Com um pulo na história, torna-se relevante considerar os tempos mais recentes, que ajudam a compor a visão de inclusão que temos nos tempos atuais.

Na Inglaterra, de 1623 a 1644, vigorou a “A Velha Lei dos Pobres”, legislações relacionadas aos carentes e pessoas com deficiência da Inglaterra. Quem as administrava eram as paróquias, ou seja, as igrejas, que coordenavam a contribuição dada aos pobres, cabendo ao juiz a função de avaliar o valor recolhido. (MENDES, 2012, p.20).

Conclui-se que, mesmo com alterações e alternâncias entre as leis nessa época, as pessoas com deficiência continuavam com dificuldades de acesso e por isso, viviam na pobreza e na miséria. Foi então, que se tornou imprescindível parar e refletir nas responsabilidades do Estado para com os grupos menos favorecidos e não apenas como caridade ou voluntariado.

E guiados por pensamentos como este é que se criaram algumas entidades especializadas, cujo objetivo não era simplesmente o abrigo, a assistência e a proteção a essas pessoas excluídas, mas além, também com a finalidade de estudar os seus

problemas, a fim de que pudessem pensar em formas distintas de atendimentos e de tratamentos de situações concretas. (MENDES, 2012, p.21).

Durante os séculos XVII, XVIII e XIX diversos avanços foram percebidos, tais como o tratamento ortopédico, alfabeto manual para surdos e letras especiais para os cegos. Entretanto, Mendes (2012) afirma que as pessoas com deficiência mental eram aprisionadas, pois considerava-se que estivessem possuídas pelo demônio. Apenas na modernidade é que se iniciou um estudo sobre a pessoa com deficiência e a sua inserção na sociedade.

Esse percurso breve pela história da humanidade faz-nos compreender ainda mais a importância das lutas constantes pelos direitos das pessoas com deficiência. Lutar pelos direitos das minorias não é apenas obrigação daqueles que se encontram nessas situações, mas também de todos que fazem parte de uma sociedade que visa desenvolver-se de forma inclusiva. Ao longo do tempo essa categoria de miseráveis em que eram encontrados os sujeitos com deficiência não merecia destaque na sociedade e por isso, são raras as informações que se tem a respeito deles.

3.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE NECESSÁRIA

Analisou-se, até o presente momento, como eram vistas as pessoas com deficiência em diferentes tempos e espaços, agora, trazemos como isso se desenvolveu em nosso país. No Brasil, a luta em favor dos direitos das pessoas com deficiência teve início ainda durante o Império, quando foram criadas duas grandes instituições: Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854 e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, dentro do paradigma da institucionalização. A política integracionista é compreendida, então:

recomendando que os alunos deficientes fossem escolarizados no ambiente o mais normalizador possível, evitando a sua colocação em ambientes estigmatizantes e segregativos. Assim, a manutenção de alunos deficientes em classes de ensino comum era encorajada por constituírem estas o ambiente normal de escolarização. O encaminhamento a alternativas mais restritivas como classes especiais só poderia ocorrer quando estritamente necessário, e mediante consentimento dos pais do aluno. (OMOTE, 1999 apud GOTTLIEB, 1981).

Dentro do paradigma da institucionalização, destaca-se que

Assim, a Educação Especial se caracterizou por ações isoladas e o atendimento se referiu mais às deficiências visuais, auditivas e, em menor quantidade as deficiências físicas. Podemos dizer que com relação a deficiência mental houve um silêncio quase absoluto. (MIRANDA, 2008, p. 31).

Na década de 1920, com as diversas mudanças que foram acontecendo na educação brasileira,

foi propiciado às crianças, sem lesões graves, mas com dificuldades ou distúrbios de aprendizagem, como hiperatividade, dispersão, problemas emocionais, dentre outros, a possibilidade de frequentar a escola. Com isso, o ensino regular destinado aos “anormais” ficou isento da incômoda presença de alunos com deficiência mental que, segundo os preceitos da época, atrapalhavam o rendimento dos outros alunos. Ainda hoje é possível presenciar esse discurso por parte de alguns pais e até mesmo de professores de nossas escolas. (MIRANDA, 2008, p. 33).

No ano de 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), considerado um marco para a educação especial em termos de Brasil. Rodrigues e Lima (2017) consideram alguns fatos marcantes para a educação especial, dentre os quais destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, de 1961, que tinha o objetivo de integrar os excepcionais no sistema de educação. No ano de 1988, com a promulgação da Constituição Federal Brasileira, o Atendimento Educacional Especializado ganha destaque, devendo acontecer preferencialmente na rede regular de ensino. Direito esse que se reafirma com a promulgação do ECA, em 1990.

Também no ano de 1990, na Tailândia, é constituída a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e logo em seguida, no ano de 1994, é assinada por mais de 80 países a Declaração de Salamanca. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases que vigora até hoje, reserva um capítulo especial para a educação especial, com detalhamentos que são fundamentais para as construções do conceito de educação inclusiva que temos hoje.

Com essas considerações, é possível compreender a importância das duas últimas décadas quando se refere à inclusão e aos avanços nas concepções de pessoa com deficiência. Entretanto,

ninguém em sã consciência poderia esperar que milênios de esquecimentos e de desvalorização pudessem ser suplantados em um ano apenas, com realizações marcantes, mudanças de atitudes, elevação de prioridades governamentais, construção de centros, adaptação de meios de transporte, rebaixamentos de guias e eliminação de barreiras. (MENDES, 2012, p. 35).

Nesse momento, é necessário adentrar nos conceitos que se referem aos termos integração e inclusão. A criança com deficiência ou com NEE, ao mesmo tempo em que estava na escola e tinha esse direito, não estava incluída, tendo que se adequar aos padrões.

Mas, aos poucos e com passos lentos, foi possível um estudo mais amplo que possibilitou a criação de princípios norteadores para que tivesse início de forma efetiva a

educação especial e para que essa fosse complementada com a educação inclusiva, em prol de uma escolarização justa, equitativa e de igualdade de oportunidades a todas as crianças.

Um tempo depois, passou-se a enxergar a pessoa com deficiência não mais com olhares de pena ou de compaixão, mas como um sujeito com direito e oportunidade de se desenvolver como qualquer pessoa. Hoje, se reconhece muito mais a potencialidade desses sujeitos, para que não sejam tratados como eternas crianças, possibilitando que tenham autonomia e independência que necessitam para viver e sobreviver na realidade que os cercam. Também possuem poder e mercado de trabalho, tendo em vista a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade como um todo.

Mendes (2012), ao abordar as concepções das pessoas com deficiência e relacioná-las com o surgimento das APAEs traz que a narrativa biomédica afastou as ideias de que as deficiências eram um castigo. “O modelo biomédico passou a descrever a deficiência em termos do quanto um corpo com impedimentos corporais, restrições funcionais ou diferentes capacidades cognitivas ascendiam ao patamar de corpo deficiente necessário de controle e cura”. (MENDES, 2012, p. 39). Esse modelo serviu com exclusividade até o final dos anos 1960, explicando as razões das deficiências.

Surge, então, o modelo social que desconsiderou as perspectivas do modelo médico, tendo em vista que este tratava o corpo deficiente como patológico ou doente. Esse modelo social denunciava a opressão social e julgava a desigualdade de oportunidades existentes entre os corpos deficientes e não deficientes. Entretanto,

apesar de o modelo social continuar hegemônico, fragilizando as pressuposições do modelo biomédico, após a primeira geração de teóricos do modelo social, outras variáveis foram acrescentadas ao debate por outras perspectivas teóricas no sentido de ampliar a compreensão da deficiência como desigualdade. (MENDES, 2012, p. 39).

As lutas de grupos como os feministas e culturalistas foram importantes para as conquistas que objetivam os direitos a todos os cidadãos. Essa luta continua até hoje e cada nova conquista é de grande relevância, considerada um marco para a inclusão. Dessa forma, tem-se que

Tais marcos normativos simbolizaram no Brasil novas abordagens por meio das quais a deficiência passaria a ser não mais tema de responsabilidade individual, mas de matéria na alçada da justiça social, que resulta no esforço da sociedade em garantir os direitos básicos de todas as pessoas. (SANTOS, 2010, p.89).

A luta constante de grupos tidos como minorias foi de grande importância para a efetivação da inclusão, bem como para a conquista de muitos direitos que são considerados direitos básicos para a vivência e a convivência entre todos os cidadãos. Cada pessoa teve sua importância em meio a tais lutas, mas é importante lembrar que essas conquistas estão apenas começando. É necessário engajamento e dedicação, para tornar as minorias mais presentes na sociedade como um todo.

3.3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: UMA QUEBRA DE PARADIGMAS

Como é possível perceber, a educação especial no Brasil teve início ainda no período do Império. Embora as lutas pela inclusão tenham sido consideradas de grande importância para que fosse realizada de forma efetiva, a conquista pela educação inclusiva é um passo que dá início à uma nova era, que visa levar em conta o sentimento de pertencimento de crianças e pessoas com deficiência.

Vieira (2014) traz que a educação especial no Brasil se baseou em modelos norte-americanos e europeus, mas ainda não se integrava as políticas públicas. Com o passar dos anos, a educação que hoje conhecemos como especial, foi chamada de educação dos excepcionais. As primeiras instituições que surgiram consistiam apenas no cuidado, o que culminou para a ideia voltada ao assistencialismo e à filantropia.

Ainda conforme o autor, a década de 70 destaca-se quando o assunto é integração social, tendo em vista que foi nesse período que se iniciaram as discussões que tinham o objetivo de inserir o cidadão com deficiência nos ambientes sociais. Também foi nessa década que o termo “Educação Especial” ganhou notoriedade e se tornou mais conhecido pela sociedade, sendo que até antes dessa data, falava-se em “educação de deficientes” (VIEIRA, 2014).

Fumegalli (2012) também analisa a década de 70 através das importantes conquistas no que se referem aos direitos das pessoas com deficiência. Os novos movimentos que surgem têm em vista a igualdade e a participação de toda a comunidade na conquista por direitos considerados básicos. Os objetivos dos grupos que lutavam em prol da inclusão consideravam a Educação Especial uma responsabilidade e um dever do Estado.

a trajetória de luta em busca da educação e principalmente da luta pelos seus direitos como cidadãos, apesar de suas deficiências, deve-se ao determinante papel exercido pelas instituições particulares e de caráter filantrópico. Foram estas que organizaram grandes movimentos pelos direitos das pessoas com deficiência e trouxeram para o

eixo das discussões os direitos tão sonhados ao longo do tempo, denunciando a discriminação, o preconceito e a falta de programas educacionais básicos. (FUMEGALLI, 2012, p. 08).

As ideias trazidas por Vieira (2014) nos levam a crer que a inclusão só será efetivada quando a sociedade como um todo compreender que as diferenças existem e devem ser tratadas com respeito e solidariedade. No Brasil, especificamente,

Analisando este período sobre a educação inclusiva que ganhou muitos adeptos, pode-se considerar que foi em virtude de que aqueles reabilitados deixariam de depender do governo. Fazendo um recorte histórico no período atual deve-se perguntar se a intenção da inserção dos alunos com deficiência intelectual no ensino regular não é a mesma, ou seja, de dizer que estes deixaram de ser incapazes. (VIEIRA, 2014, p. 07).

O movimento pela inclusão, que desafia a sociedade como um todo especificamente na década de 80, luta pelo direito que todos têm de frequentar uma escola e de ter uma educação de qualidade. Fumegalli (2012) ainda complementa que esse movimento faz parte de uma busca incansável pela democracia, dentro de um processo constante de renovação. É nessa época que surgem também marcos legais nacionais e internacionais importantes para o fortalecimento das iniciativas que se tornam fundamentais para o desenvolvimento de uma educação inclusiva de sucesso.

Dentre os inúmeros movimentos que surgem com o passar dos anos, bem como as inúmeras conquistas que se teve, é importante destacar a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, de junho de 2008. Nesse documento, Fumegalli (2012) observa que a Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, ou seja, desde a Educação Básica até o Ensino Superior. Também é através da Educação Especial que são realizados os Atendimentos Educacionais Especializados (AEE), podendo esse ser complementar ou suplementar ao ensino regular. Quanto aos sujeitos atendidos pela Educação Especial, fica estabelecido: alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento a altas habilidades/superdotação.

O motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com as suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão. (FUMEGALLI, 2012, p. 23).

Segundo os estudos desenvolvidos por Souto (2014), a denominação Educação Inclusiva surge dessa forma, no Brasil, a partir dos anos 2000, com o governo de Luiz Inácio

Lula da Silva. O Governo Federal teve a responsabilidade de oferecer atendimento às pessoas com deficiência e por isso, surge a iniciativa de matricular essas pessoas em salas de aula comum, sendo acompanhados ou não de um Atendimento Educacional Especializado. Também é nesse período, que são oferecidos e proporcionados cursos de formação e de qualificação de professores para o AEE.

São diversos os decretos e regimentos que visam organizar e tornar a educação inclusiva uma educação de qualidade para todos os envolvidos, tendo em vista o combate à discriminação. Entretanto, Souto (2014), ao analisar os diversos avanços que são proporcionados da década de 90 em diante, afirma que embora seja oferecido o acesso, não há garantia de permanência na escola e nem uma reformulação das práticas pedagógicas.

Ao realizar uma breve análise sobre a importância do século XXI nas inúmeras conquistas obtidas em prol das pessoas com deficiência, é necessário observar que diversos materiais foram publicados, bem como surgiram inúmeras ferramentas que dão suporte à acessibilidade em uma sociedade inclusiva. Isso porque

[...] os direitos humanos das pessoas com deficiência passaram a ser mais respeitados, também pudemos observar nessas três décadas a constituição e o crescimento de um mercado voltado para a produção de bens e serviços destinados a atender as necessidades das pessoas com deficiência, que assim passaram à condição de consumidores ativos mais do que de produtores no mercado globalizado. A globalização da economia fez com que o mercado mundial se desse conta de que cerca de 1,5 bilhões de pessoas com deficiência existentes no mundo constituiriam um mercado potencial para o empreendedorismo, incluindo estas pessoas como produtoras e consumidoras de bens e serviços. A partir desta percepção pesquisas voltadas para a produção de equipamentos, órteses, próteses, tecnologia assistiva, comunicação aumentativa e alternativa, pisos táteis, softwares e hardwares inclusivos passaram a produzir produtos para esses novos consumidores. (AMARAL; BARBOSA, 2014, p. 07).

Também nesse período, diversos serviços são oferecidos, especialmente aqueles que se destinam ao desenvolvimento das capacidades e habilidades dos sujeitos da educação inclusiva, seja através de atendimento clínico, psicológico e educacional. Tudo isso nos leva a crer que as políticas públicas devem ser cada vez mais valorizadas, tendo em vista a garantia de acesso e permanência das pessoas com deficiência no ambiente escolar.

A Lei Brasileira de Inclusão (2015) reafirma essa questão do direito à igualdade de oportunidades a todas as pessoas, sendo dever de todos assegurar que esses direitos sejam cumpridos. A Lei destaca aspectos considerados essenciais para o pleno exercício da cidadania, como atendimento prioritário. No que se refere à educação, é relevante destacar a importância

de um ensino inclusivo como forma de proporcionar o máximo de desenvolvimento possível à pessoa com deficiência.

Focando mais especificamente na Educação Especial no Rio Grande do Sul, é de extrema importância citar o Parecer 56, que regulamenta a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul. O documento de 2006 surge como forma de responder às dúvidas e questionamentos que surgem na organização dessa modalidade. A legislação aborda, então, conceitos, relatórios e normas para adaptações dos ambientes, dos currículos e das terminalidades específicas.

Tendo em vista a importância da educação inclusiva no ambiente escolar, torna-se de fundamental relevância iniciar esse trabalho ainda na Educação Infantil, tida como a primeira etapa da escolarização básica. Um trabalho complexo, que exige a cooperação constante de todos os envolvidos, bem como a participação efetiva do professor inclusivo, temas esses que serão debatidos no próximo capítulo.

4 A INCLUSÃO EM TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Através das pesquisas bibliográficas realizadas até o presente momento, além das análises de trabalhos publicados, é possível constatar que a inclusão está cada vez mais presente na escola, bem como em uma sociedade que visa incluir e se tornar acessível a todos. Afinal, saúde, educação, segurança e a liberdade de ir e vir são direitos de todo cidadão, sem qualquer tipo de discriminação, seja por raça, cor, sexo ou outras características que fazem parte da personalidade e da identidade de cada pessoa.

Como exposto anteriormente, viveu-se por muito tempo em épocas de exclusão, em que a criança com deficiência era proibida de frequentar as escolas, devendo ficar presa dentro de casa ou em escolas especiais, sem ter contato com as demais crianças. Ao negar o direito da educação à criança que não se encaixava nos padrões de normalidade, também se nega o direito de uma aprendizagem constante através da interação, que acontece especialmente no ambiente escolar.

Conforme os estudos desenvolvidos por Fernandes (2013), a educação inclusiva não é somente um espaço em que são colocadas crianças com deficiência em salas de aula comuns. Para que seja desenvolvida com êxito, é necessário oferecer e criar oportunidades para que todos os alunos tenham condições de aprender, acolhendo as diferenças e tornando-as importantes para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

A vivência da inclusão nesse ambiente da Educação Infantil faz-nos perceber que, embora pareça que a criança não está participando ativamente de uma roda de conversa, por exemplo, o simples fato de estar nesse ambiente, ouvindo os relatos e as experiências dos colegas, faz com que ela se reconheça como importante nesse cenário e conheça melhor a realidade.

Ao trabalhar com a inclusão no ambiente da Educação Infantil, também é importante que sejam desenvolvidas atividades que valorizem a construção da personalidade da criança, evidenciando o respeito às diferenças. Lopes (2012), ao abordar a importância da educação inclusiva, afirma que é necessário respeitar os ritmos, as possibilidades e os limites que cada criança apresenta, permitindo o seu completo desenvolvimento, não estando na escola apenas como uma forma de recreação ou simplesmente, para que se diga que a inclusão está acontecendo.

É preciso que o professor acredite nos potenciais presentes nos alunos com deficiência, evitando a acomodação perante situações que necessitam ser modificadas, por meio, por exemplo, da adaptação de avaliações e métodos de ensino, para que

sejam condizentes com a aprendizagem desses alunos. (ANTUNES; RECH; ÁVILA, 2015, p.182).

É perceptível que quando bem acolhida no ambiente educacional, a criança explore esse ambiente e se reconhece como pertencente a ele. Toda criança apresenta um desenvolvimento maior quando é estimulada e, quando se leva em consideração a criança com deficiência, esse desenvolvimento ocorre ainda de forma mais proveitosa, tendo consequências positivas para todos os envolvidos. A escola que tem em sua política a proposta de inclusão e a realiza, é reconhecida como uma escola inclusiva não apenas para a criança com deficiência, mas para toda a sociedade da qual faz parte.

O ambiente da Educação Infantil, sendo o foco do trabalho desenvolvido, é visto como um período repleto de descobertas e de experiências, que auxiliam na construção da identidade da criança ao longo das suas vivências. As concepções de criança foram mudando e evoluindo com o passar do tempo, já que muitas vezes era vista como um ser frágil e em outras, como um ‘mini’ adulto. A criança com deficiência, por muitas vezes, foi privada das oportunidades de frequentar uma instituição, por acreditar-se que era um ser frágil, que não conseguiria se desenvolver e estaria atrapalhando o desenvolvimento dos demais. Essa ideia, por mais absurda que possa parecer, ainda está presente nas concepções de muitos professores. Cabe reafirmar, então, a importância dos campos de experiências que constam na BNCC (2017), mais especificamente o campo “O eu, o outro e o nós”, que visa o respeito às diversas formas de se ver o mundo.

Por isso, a infância é, segundo Gonçalves (2016), uma base necessária para o desenvolvimento das características próprias das crianças. Dentro desse ambiente da Educação Infantil, propício para um trabalho voltado às diferenças, destaca-se a importância da educação inclusiva com todas as suas peculiaridades, tendo em vista que é através do respeito às diferenças que todos se beneficiam. Esse trabalho valoriza a diversidade presente na Educação Infantil e pode contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade sem discriminação, já que desde cedo oportunizou-se a todas as crianças a convivência e a inclusão.

Nas concepções de Lopes (2012), a criança nasce com condições de interagir com o outro, compreender o mundo e vivenciar as situações que a vida lhe apresenta. A Educação Infantil, por ser um direito de todos, busca que essas situações sejam vivenciadas e compreendidas por todos que a frequentam. Dessa forma, para a criança com deficiência, a Educação Infantil é essencial por permitir um desenvolvimento social, físico e cognitivo através da relação com o outro.

4.1 O PROFESSOR INCLUSIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Após compreender a importância da inclusão no ambiente escolar, é necessário refletir sobre a importância de um professor que esteja atento a tudo aquilo que as crianças, de um modo geral, necessitam, sabendo respeitá-las e promover formas e condições propícias para um constante desenvolvimento em todos os aspectos. Para tal, busco conceituar ao longo desse capítulo, o termo “professor inclusivo”.

Para Alves (2018), a criança com deficiência também tem o direito de estabelecer trocas de saberes e experiências, sendo mediadas pelo professor. Quando essas relações não acontecem ou a criança é privada desse contato com a realidade que a cerca, o seu desenvolvimento e a sua aprendizagem estarão comprometidos. Ao abordar os temas relacionados a inclusão na Educação Infantil, torna-se necessário abordar a responsabilidade pedagógica dos professores dentro das instituições.

Diante disso, Vitaliano (2019) valoriza a importância do bom professor no processo de aprendizagem do aluno, devendo esse estar atento para perceber as dificuldades que o aluno apresenta, quais são as suas limitações e especialmente, valorizando as suas conquistas e as suas potencialidades. Ao longo das pesquisas realizadas, é possível perceber que a valorização dos pequenos avanços permite que a criança se desenvolva cada vez mais.

Estudos recentes também vêm mostrando que os professores demonstram certa resistência ao lidar com os processos de inclusão de crianças com deficiência no ambiente da escola regular. Rossarolla (2013), ao analisar a inclusão no ambiente da Educação Infantil, destaca o sentimento de despreparo demonstrado pelos professores que tem alunos com deficiência na sala de aula.

Refletindo sobre a inclusão, é necessário reafirmar a importância da relação existente entre a família e a escola. Rossarolla (2013) também afirma que a inclusão vem crescendo a cada ano, já que a família está em processo de compreensão da importância que tem a etapa da Educação Infantil. Essa maior valorização também é necessária tendo em vista o desenvolvimento da criança, que é favorecido através de atividades que buscam proporcionar melhores e maiores condições de aprendizagem, bem como a superar os limites e conhecer a realidade que a cerca.

Para que a inclusão seja possibilitada da melhor forma no ambiente da Educação Infantil, Roth (2006) enfatiza a importância das estratégias inclusivas, realizadas através de experiências que permitem uma manifestação constante das potencialidades do sujeito envolvido nesse processo. Gonçalves (2006) reconhece que essas atividades devem estar

alinhadas às necessidades demonstradas pela criança, sejam elas de desenvolvimento, interação, comunicação ou demais fatores percebidos ao longo do processo de escolarização.

O professor, segundo os estudos desenvolvidos por Fernandes (2013), é ator importante nos cenários que efetivam a inclusão em qualquer fase de escolarização, mas tendo um enfoque especial na etapa da Educação Infantil. É através das constantes reflexões, ações e questionamentos que os professores devem buscar o conhecimento e a melhor forma de se efetivar a inclusão, convivendo, aprendendo, valorizando e vivenciando então, uma educação inclusiva que traga benefícios e aprendizagens a todos os envolvidos.

Apesar da educação inclusiva estar em constante avanço, torna-se necessário valorizar as inúmeras conquistas que já foram obtidas em prol da inclusão das crianças com deficiência no ambiente escolar. Conforme Vasconcelos (2013), diversas barreiras já foram rompidas, especialmente no que se referem à acessibilidade. Entretanto, ainda há muitos educandos com deficiência frequentando escolas regulares sem ter oportunidades de aprendizagem e participação igual às dos demais alunos, seja em razão da insuficiência das políticas públicas, seja pela grande quantidade de alunos ou pela falta de sustentação pedagógica e de formações de professores.

Ainda conforme Fernandes (2013), o papel do professor pode ser entendido a partir da perspectiva da compreensão do papel do aluno, excluindo-se aquele papel de aluno ideal, que segue exatamente os padrões esperados para a sua idade e enxergando-o como uma criança repleta de características específicas, com necessidades e potencialidades que devem ser valorizadas de forma constante e de forma alguma, negadas ou desprezadas.

Apesar de todos os estudos e formações continuadas constantes relacionados aos temas da educação inclusiva no ambiente escolar, sabe-se que ainda existem atitudes, mesmo involuntárias, por parte de professores que menosprezam a criança com deficiência que se encontra nesses ambientes. Souza (2013), ao analisar essas atitudes, afirma que essas podem ser identificadas como uma barreira atitudinal que afeta a inclusão da criança com deficiência no ambiente escolar.

Sendo assim, Miranda (2014) considera essencial a responsabilidade do professor em levar em conta a vida e os aspectos da criança, seja ela com ou sem deficiência, na busca por uma educação inclusiva. Muito mais do que simplesmente garantir o acesso e ter a criança com deficiência em sala de aula, deve-se oferecer a ela, oportunidades de desenvolvimento das suas potencialidades e da superação das barreiras que fazem parte do seu dia a dia, que privam a sua vivência junto aos demais. Além do acesso, é necessário que professores, gestão escolar,

funcionários e demais envolvidos estejam preparados para garantir a permanência e uma educação inclusiva de qualidade.

Fumegalli (2012) ao realizar estudos relacionados aos temas da inclusão dentro do ambiente educacional, afirma que a resistência dos professores em realizar a inclusão é compreensível, tendo em vista o modelo pedagógico que vigora na educação atualmente, sendo ainda em alguns casos, conservador, em salas de aula com classes enfileiradas e provas que aceitam apenas uma opção de resposta como correta.

Para ser um professor inclusivo na Educação Infantil, é necessário encarar as iniciativas de respeito às diferenças e de acolhimento das mesmas, características essas que não eram valorizadas na educação tradicional.

Poucos são os profissionais que se arriscam a encarar a ideia de ministrar um ensino inclusivo em uma sala de aula de cadeiras enfileiradas, um livro didático aberto na mesma página, uma só tarefa no quadro e uma só resposta válida e esperada nas provas. Na maneira tradicional de ensinar, a competição entre os alunos e a homogeneização das respostas e de comportamentos esperados, a “transmissão” do conhecimento e o pavor de errar impedem alunos e professores de contemplar as diferenças e de reconhecer a riqueza que elas aportam ao desenvolvimento dos processos educativos, dentro e fora das escolas. (FUMEGALLI, 2012, p. 23).

Tais concepções de inclusão levam os professores a desacreditarem que a educação inclusiva pode ser efetivada na rede pública. Entretanto, sabe-se que é uma realidade possível, mas que exige a coparticipação de todos envolvidos. Fumegalli (2012) conclui, então, que é de extrema necessidade uma redefinição de práticas e alternativas pedagógicas, que vão além da inclusão, partindo para uma ideia de eliminação total das atitudes de preconceito e de discriminação.

Concluo esse capítulo, então, conceituando o professor inclusivo como aquele professor que está em constante aprendizado, que busca conhecer o aluno e a sua realidade. Isso nos remete à ideia de que ser professor incumbe a ideia de ser inclusivo, tendo como princípio indispensável, a ideia do respeito às diferentes opiniões e modos de ser e de agir. As formações, bem como a qualificação constante do professor são fundamentais para que a inclusão possa acontecer, mas sozinhas, não se bastam! Ser um professor inclusivo é ir além, não desistir diante das dificuldades e favorecer experiências para os educandos como um todo.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesse capítulo é apresentado o percurso metodológico utilizado para elaboração e descrição dos processos que serviram de base para a escrita do presente trabalho, constituindo-se em uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória. Souza (2013) afirma a importância das pesquisas exploratórias, como a utilizada para o desenvolvimento dessa pesquisa, tendo em vista que possibilita maior conhecimento acerca da realidade educacional brasileira. Devido à grande escassez de materiais publicados sobre o assunto, Souza (2013) também relata que através da pesquisa exploratória é possível conhecer e compreender as relações possíveis entre as concepções dos participantes da pesquisa.

Tendo como objetivo deste trabalho compreender os desafios percebidos pelos professores da Educação Infantil, quanto aos processos que envolvem a inclusão de crianças com deficiência e NEE no âmbito escolar, essa pesquisa justifica-se a partir de uma abordagem qualitativa que, segundo Minayo (2014, p. 57), “se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões”. O foco é poder mapear e aprofundar a questão de investigação, compreendendo processos sociais e educacionais pouco conhecidos.

Foram realizadas revisões bibliográficas que envolvem os temas em questão, especialmente sobre a Educação Infantil, a educação inclusiva e a educação especial, bem como os documentos que norteiam tais etapas e modalidades, além das características próprias de cada uma.

A etapa da revisão bibliográfica foi fundamental na realização deste trabalho, tendo em vista que possibilitou uma compreensão maior acerca dos temas abordados. Entre as principais fontes analisadas, encontram-se teses, dissertações, livros, artigos e relatórios. A coleta de dados realizou-se através de pesquisas em artigos, teses, dissertações e trabalhos de conclusão, encontrados em diversos sites de busca, mas de forma especial no portal de periódicos da CAPES e no *Scielo*. Para tal, foram utilizados os descritores: Educação Especial, educação inclusiva, inclusão na Educação Infantil, entre outros. Quanto à pesquisa em livros físicos e *online*, percebeu-se uma escassez de materiais publicados que dizem respeito à inclusão na Educação Infantil.

Além da revisão bibliográfica, para a realização dessa pesquisa, utilizou-se a pesquisa de opinião com professores da Educação Infantil que atendem turmas que contemplam alunos com deficiência no ambiente escolar. A escolha pela pesquisa de opinião como instrumento de coleta de dados se deu considerando que esta é utilizada para coletar informações ou monitorar

e analisar um serviço, nesse caso, a educação inclusiva no ambiente da Educação Infantil. Com a pesquisa de opinião, não se busca obter um conhecimento generalizado, mas tem-se a tarefa de gerar conhecimentos que podem ser úteis para eventuais pesquisas futuras, tendo em vista a análise da realidade educacional em contraponto com a educação inclusiva atual. Em outras palavras, a pesquisa realizada busca analisar as opiniões dos professores, visando contribuir para uma melhoria dos processos educativos. Segundo Minayo (2014), esse tipo de pesquisa coleta os dados “mediante um questionário totalmente estruturado, no qual a escolha do informante está condicionada a dar respostas a perguntas formuladas pelo investigador” (p.261).

A pesquisa de opinião aplicada aos professores da Educação Infantil busca ouvir e analisar as percepções dos mesmos quanto a realidade do seu trabalho pedagógico, possibilitando que escrevam sobre seus principais desafios, tendo em vista a efetivação da inclusão na Educação Infantil. As questões de números 5 e 8 foram construídas com embasamento no estudo de Valentini, Gomes e Bisol (2016). Para a análise de dados optou-se por organização das questões fechadas em gráficos, tabelas e análise descritiva.

5.1 CONTEXTO

O contexto da pesquisa realizada envolveu oito professores de quatro instituições, sendo 2 públicas e 2 privadas. Todas as escolas cujos professores atuam, atendem crianças de Educação Infantil e apresentam um crescente número de crianças com deficiência e NEE. Os professores que participaram da pesquisa são de turmas diversas, atendendo crianças de 1 ano e 6 meses até crianças de 4 anos e 9 meses. Também constata-se que em todas as escolas em que atuam os professores participantes da pesquisa, a presença do monitor em todas as aulas é garantida, tendo em vista a maior inclusão entre as crianças.

5.2 PARTICIPANTES

Iniciou-se os processos de pesquisa de opinião através de uma conversa informal com as professoras, explicando o motivo do contato, a proposta da pesquisa e entregando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após a concordância em responder o questionário e assinado o TCLE, foi entregue o questionário para as mesmas responderem e devolverem no prazo combinado.

5.3 SIGILO E PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE DOS ENVOLVIDOS

Visando a preservação da identidade dos professores que participaram da pesquisa, bem como das instituições em que atuam, serão utilizados os seguintes códigos no que se refere às instituições em que atuam: 1, 2, 3 e 4. No que se refere propriamente às professoras, foram utilizados os códigos A, B, C, D, E, F, G e H. Quanto aos cuidados éticos, utilizou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, informando aos participantes que nenhum dado será divulgado.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com as pesquisas de opinião realizadas com professoras da Educação Infantil e que atendem crianças com deficiência e Necessidades Educativas Especiais, constatou-se que a inclusão ainda gera um mundo de incertezas e desafios no que se refere à criança com deficiência no ambiente escolar, especialmente na Educação Infantil. Para desenvolvimento da presente análise, as respostas foram descritas e analisadas em grupos, os quais serão apresentados a seguir.

A pesquisa realizada contou com a participação de oito professoras, sendo todas do sexo feminino. As professoras se enquadram em uma faixa etária de 24 a 49 anos, sendo que 3 cursaram o Magistério e as demais possuem formação no Ensino Médio. Todas são formadas em cursos de Ensino Superior na área da Educação, sendo duas em Matemática e uma em História, as demais possuem formação em Pedagogia, tendo complemento ou segunda graduação com habilitação para Educação Infantil. Os dados referentes à formação são demonstrados no gráfico que segue:

GRÁFICO 1- Formação acadêmica das participantes



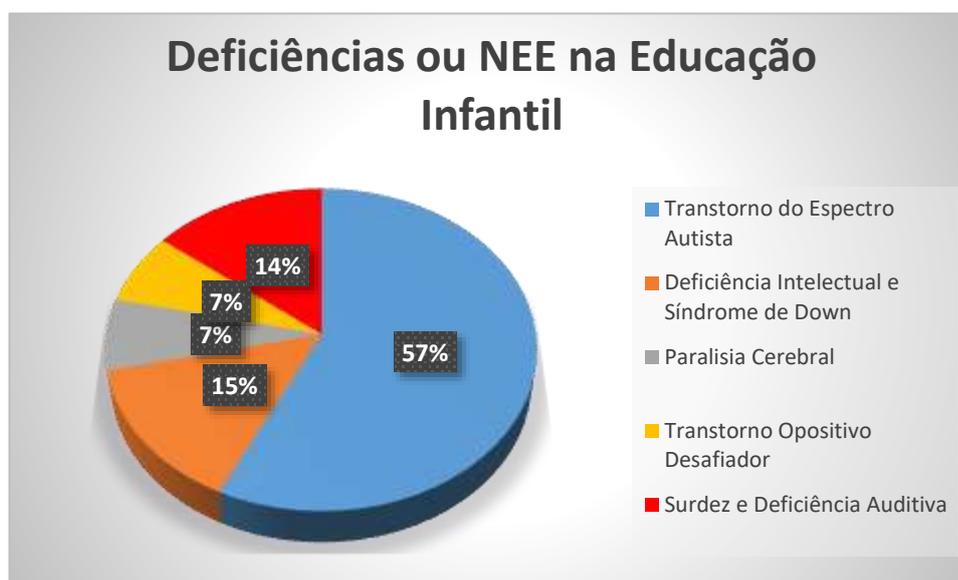
Fonte: autora (2019).

Somente 3 das professoras afirmaram ter algum curso ou formação para trabalhar com alunos com deficiência ou NEE. Entre os cursos realizados pelas professoras respondentes,

foram apontados os momentos de formação continuada, o Curso Método Teacch e o Curso de Educação Inclusiva.

O tempo de atuação dessas professoras varia entre 3 e 27 anos no magistério. Já como professoras de Educação Infantil, as respondentes tiveram entre 3 e 11 anos de atuação. Todas as respondentes já trabalharam com crianças com NEE na Educação Infantil, conforme consta no gráfico a seguir:

GRÁFICO 2 – Deficiências ou NEE na Educação Infantil



Fonte: autora (2019).

Através da análise do gráfico apresentado, o que chama atenção é o número expressivo de alunos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. O autismo, como é comumente denominado, trata-se de um distúrbio que afeta a interação social da criança, sendo assim, “o Autismo não é uma doença única, mas sim um distúrbio de desenvolvimento complexo, definido de um ponto de vista comportamental, com etiologias múltiplas e graus variados de severidade”. (GADIA; TUCHMAN; ROTTA, 2004, p.83).

Ainda de acordo com os autores mencionados, o autismo se caracteriza por uma série de manifestações específicas, que se referem mais especialmente às dificuldades de interações e de comunicação, comportamentos repetitivos e estereotipados, além da demonstração de interesse por temas e atividades restritas e específicas. Quanto às dificuldades afetivas, temos que:

A interação social da criança autista é muito afetada por sua condição que implica também na afetividade da criança. Elas apresentam falhas em demonstrar reações empáticas a expressões e ações afetivas de outras pessoas devido à falta de sensibilidade social, além da falta de habilidade de estabelecer conexões sócio afetivas. (GENTIL; NAMIUTI, 2015, p. 180).

Ao se referir ao diagnóstico das crianças autistas, é necessário se ater à avaliação que deve ser feita. Para tal, destaca-se que

A avaliação de indivíduos autistas requer uma equipe multidisciplinar e o uso de escalas objetivas. Técnicas estruturadas existem e devem ser utilizadas para a avaliação tanto do comportamento social das crianças (atenção conjunta, contato visual, expressão facial de afeto) quanto da sua capacidade de imitação. (GADIA; TUCHMAN; ROTTA, 2004, p.87).

No que se refere ao autismo na escola, Pereira e Schmitt (2016) realizaram uma pesquisa em artigos publicados sobre o assunto e,

Com base nessas considerações, evidencia-se que há carência de estudos realizados com crianças com TEA, no ambiente escolar. Esse fato é preocupante, pois atualmente a discussão sobre a inclusão educacional de crianças com deficiência tem assumido grandes proporções em âmbito nacional. (PEREIRA; SCHMITT, 2016, p.02).

Entretanto, de uma forma geral, é necessário evidenciar a importância da inclusão escolar de crianças, tendo em vista o desenvolvimento proveitoso que apresentam quando se encontram no ambiente escolar.

Assim, compreende-se que a inclusão escolar do autista e de outras crianças, de modo geral, exige modificações além das estratégias de adaptação curricular e de horários (como as observadas nos casos dos autistas deste estudo que continuam na escola regular), exige mudança de pensamento, de hábitos e cultura, que envolva a todos - professores, diretores, coordenadores, inspetores, merendeiras, faxineiras, alunos/crianças e adolescentes e suas famílias, a sociedade de um modo geral, pois é um processo que deve ir além dos limites da escola, pois não nasce nestes espaços e tão pouco pertence somente a eles. (MINATEL; MATSUKURA, 2015, p.437).

Além do Transtorno do Espectro Autista, a Deficiência Intelectual também se mostrou bastante presente dentro da sala de aula. Ao se referir à DI, como também é conhecida, é necessário analisar quais são os sujeitos caracterizados pela mesma.

Primeiramente há que se considerar que o grupo de alunos com DI é bastante heterogêneo, compreendendo desde alunos com dificuldades de escolarização, que somente são identificados quando ingressam na escola, até indivíduos com limitações em vários domínios, identificados precocemente. (MATURANA; MENDES, 2017, p. 211).

Outras deficiências ou transtornos destacados pelas professoras respondentes da pesquisa realizada se referem especialmente à Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), atualmente com a denominação de Transtorno do Espectro Autista (TEA), Paralisia Cerebral, Síndrome de Down e Transtorno Opositivo Desafiador (TOD).

A Deficiência Intelectual é destacada nos questionários realizados através da Síndrome de Down, que também aparece de forma frequente no ambiente escolar. Compreendida como um distúrbio genético que tem como resultado um cromossomo extra, o chamado cromossomo 21. De um modo geral,

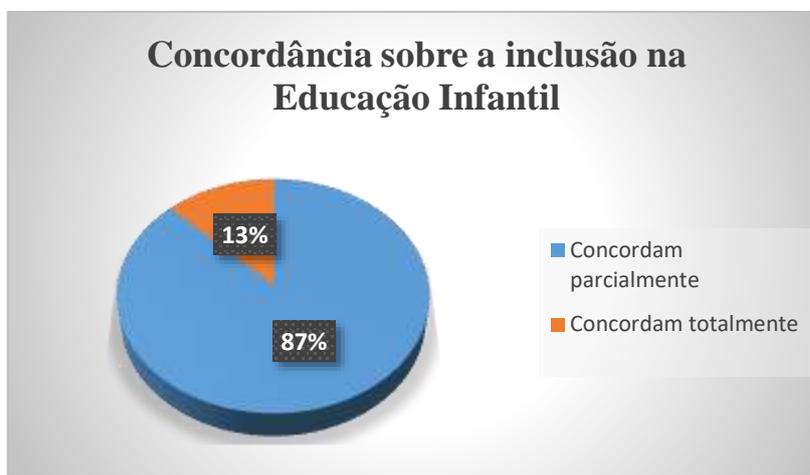
E em se tratando de desenvolvimento cognitivo, a deficiência intelectual é considerada uma das características mais constantes na síndrome de Down e contribui para o atraso nas demais áreas do desenvolvimento. Por esse motivo, é essencial que desde a infância a criança seja estimulada pedagogicamente, com atividades que enfatizem aspectos cognitivos como: percepção, atenção, memória e linguagem. Pois ao contrário das crianças comuns, as crianças com síndrome de Down nascem com limitações em suas funções psicológicas inferiores (atenção, percepção e sensação). (PACHECO; OLIVEIRA, 2011, p.05).

Já no que se refere à Paralisia Cerebral (PC), Teixeira e Oliveira (2007) a definem como sequelas encefálicas que se manifestam na primeira infância. Tais transtornos motores podem fazer com que a criança que apresenta PC atinja os marcos de desenvolvimento mais tarde do que as crianças que não a apresentam. Essas ações independem do comportamento ou da inteligência, além disso em alguns casos a criança pode apresentar comorbidades associadas à paralisia cerebral.

Quanto ao Transtorno Opositivo Desafiador, menos frequente no ambiente escolar e constatado por apenas uma das professoras entrevistadas, temos que “é um transtorno disruptivo, caracterizado por um padrão global de desobediência, desafio e comportamento hostil”. (SERRA-PINHEIRO et al., 2004, p. 273). Ou seja, o TOD é um transtorno que afeta muitas crianças e é diagnosticado quando os sintomas estão presentes à, no mínimo, seis meses e considerados graves para o desenvolvimento da criança.

Das professoras participantes da pesquisa, apenas uma concorda totalmente com a inclusão, sendo que as demais concordam parcialmente, conforme apresentado no gráfico.

GRÁFICO 3 – Concordância sobre inclusão na Educação Infantil



Fonte: autora (2019)

As professoras que concordam parcialmente destacam que, para uma inclusão efetiva, é necessário ter suporte pedagógico para o desenvolvimento de um trabalho produtivo e que o profissional tenha conhecimento e formação para desenvolver o trabalho com esses alunos. Também afirmam a importância de considerar métodos adequados e tempo de permanência da escola. Outra professora, ao afirmar que concorda parcialmente com a inclusão, diz que os professores não estão capacitados para trabalhar a inclusão e não recebem qualificação para tal. Quanto às respostas, destaca-se:

“Concordo somente se for com suporte para que realmente seja inclusão e não somente ‘inserção’. (PROFESSORA A).

“Acredito que em alguns casos de alunos de inclusão, a mesma não é adequada e os envolvidos sofrem demais (aluno incluído, família, professora e turma)”. (PROFESSORA B).

“A Educação Infantil é o primeiro contato escolar que a criança tem, dessa forma, é de extrema importância que a inclusão seja feita o mais breve possível na vida da criança, tornando assim a criança incluída ao meio escolar”. (PROFESSORA H).

As professoras também destacam outros aspectos considerados fundamentais para uma inclusão de qualidade. A presença do monitor, destacado em dois dos questionários realizados, é considerado de extrema importância no que se refere à inclusão de crianças com deficiência e NEE nos ambientes escolares. Conforme destacado por uma das professoras, a presença do

monitor é um aspecto necessário tendo em vista o grande número de alunos presentes em sala de aula.

São diversos os documentos e legislações que garantem a presença do monitor na efetivação da inclusão, tendo em vista as funções que o mesmo desenvolve junto ao educando e visando a sua autonomia. Em uma breve análise dos documentos mencionados anteriormente, é possível observar que as funções do monitor se referem mais exclusivamente aos cuidados com a higiene, a locomoção e a alimentação.

Analisando o papel do monitor, Fonseca (2016) afirma a importância de os mesmos estarem cursando alguma área da licenciatura, o que nos dá a ideia de que são ou serão profissionais da educação. Dessa forma, é essencial que além da presença do monitor em sala de aula junto à criança com NEE, ele seja valorizado pela função que realiza.

Relacionando ao exposto anteriormente, no que se refere à relevância da presença do monitor em sala de aula, torna-se fundamental transformar a ideia já estruturada na sociedade educacional que temos hoje, identificada a partir da perspectiva de que, tendo o monitor em sala, ele é o único responsável pela inclusão da criança com deficiência. Pausa-se a escrita para um questionamento: Se essa criança é de responsabilidade do monitor e as demais crianças são de responsabilidade do professor titular, como poderá haver a inclusão, se já está acontecendo uma exclusão?

Uma das questões buscou identificar o que o professor entende que seja necessário para a qualidade da inclusão na Educação Infantil. Foram apresentados 5 aspectos já identificados na pesquisa de Valentini, Gomes e Bisol (2016), convidando o professor a numerar em ordem de importância esses aspectos (sendo 5 o mais importante e 1 o menos importante). Na tabela 1, é possível encontrar as respostas obtidas por cada professora, enquanto que no gráfico, busca-se ilustrar os dados obtidos. A tabela está colorida a partir das cores do arco íris, sendo que o azul se refere ao número 1, o verde ao 2, o amarelo ao 3, o laranja ao quatro e por fim, o vermelho se refere ao número 5.

Tabela 1 – Aspectos necessários para uma inclusão de qualidade na Educação Infantil

PARTICIPANTE	APOIO INSTITUCIONAL COM ESPAÇOS DE DISCUSSÃO JUNTO A COMUNIDADE ESCOLAR;	APOIO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS NA ESCOLA;	PLANEJAMENTO E ADEQUAÇÃO DOS PROCESSOS EDUCATIVOS;	PARCERIA ENTRE ESTUDANTES, PROFESSORES E COMUNIDADE ESCOLAR;	PARTICIPAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DE APOIO PARA SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES.
A	1	5	3	4	2
B	3	2	1	5	4
C	1	4	3	5	2
D	5	1	2	4	3
E	2	4	1	5	3
F	2	5	3	1	4
G	4	1	5	3	2
H	5	2	4	1	3

Fonte: autora (2019)

Através do exposto acima é possível identificar que a categoria “parceria entre estudantes, familiares, professores e comunidade escolar” é destaque no que se refere a necessidade para que a inclusão aconteça no ambiente na Educação Infantil. Valentini, Gomes e Bisol (2016), destacam essa parceria existente entre todos os envolvidos com a inclusão denominado de ‘trabalho integrado’.

É necessário pensar e compreender a inclusão a partir das inúmeras possibilidades de parcerias. Para Valentini, Gomes e Bisol (2016), a educação inclusiva é de responsabilidade de todos os agentes do processo, que atuam como cúmplices. Com ‘todos’, é possível referir-se também à família, que tem grande importância em tais processos. A família tem a tarefa primeira de acreditar e investir nas potencialidades da criança, enxergando-a não com olhos de limitações, mas com olhos de valorização.

Ainda com relação à família, “é preciso que a escola ande em conformidade com a família, numa proposta de educação compartilhada, principalmente no caso dos alunos com deficiência, para que haja resultado satisfatório de aprendizagem dos alunos”. (Silva Neto et al., 2018, p. 88). É através da parceria existente entre todos os envolvidos que se busca um ambiente acolhedor e seguro, que favoreça uma educação de qualidade para todos.

Diante disso, como referido anteriormente, a inclusão é responsabilidade de todos; por isso, a escola regular precisa construir seu projeto pedagógico atentando para essas questões, assegurando que o aluno com deficiência tenha acesso a um currículo flexível, a materiais adaptados, tecnologia assistiva, a avaliações diferenciadas, ou seja, acesso a adaptações que oportunizem a esse aluno ter igualdade de oportunidades para, assim, ter a oportunidade de construir seu conhecimento e progredir na vida escolar. (ANTUNES; RECH; ÁVILA, 2015, p. 180).

Também, através da tabela 1 é possível constatar outra necessidade urgente apontada pelos participantes da pesquisa: o apoio dos profissionais especializados na escola. No que se relaciona ao apoio especializado, Fumegalli (2012) afirma que esse apoio é de fundamental importância para que sejam estabelecidos vínculos entre o ensino e a aprendizagem, já que essa atenção às NEE faz parte de todo o suporte pedagógico que deve ser oferecido aos professores e monitores, bem como a toda a comunidade escolar envolvida.

Para Fernandes (2013), o apoio, bem como o acompanhamento especializado, são fatores que favorecem a prática pedagógica inclusiva. Além de oferecer um suporte pedagógico eficiente e proveitoso, o apoio especializado contribui para a aprendizagem da criança. Outro ponto que se destaca no que se refere à questão do apoio especializado é dedicado especialmente ao professor, que também possui dúvidas e necessidades que devem ser atendidas e respeitadas.

Os espaços de discussão também devem ter maior destaque no ambiente escolar, tendo em vista que

é de suma necessidade e urgente que as pessoas que compõem a comunidade escolar (principalmente o professor, importante ator nessa cena) unam-se para que, juntos, possam questionar, refletir e agir a favor da efetivação de uma educação inclusiva, que valorize conviver e aprender com e nas diferenças. (FERNANDES, 2013, p. 42).

No que se refere às adequações curriculares, importante característica para efetivação da prática pedagógica inclusiva,

[...] planejamento e adequações curriculares diz respeito a todas as ações, em nível institucional, que envolvem planejamento e currículo, que a escola deve atentar para efetivar a inclusão do aluno com DI. Essas ações são relevantes, fazem interface com o AEE e vinculam-se à coordenação pedagógica, à gestão e ao trabalho docente. (Valentini, Gomes e Bisol, 2016, p. 131).

Com isso, é possível concluir que embora o planejamento e as adaptações dos processos educativos não tenham sido destacados como prioritários, fazem parte do cotidiano dos professores que atuam na Educação Infantil. Os professores afirmam que buscam constantemente recursos didático pedagógicos e atividades que se adequem às necessidades das crianças.

Os professores foram questionados sobre outros aspectos que consideram fundamentais para que a inclusão fosse efetivada no ambiente da Educação Infantil. Quanto às respostas obtidas, destaca-se a formação em diferentes perspectivas:

“Aceitação do governo e auxílio às escolas públicas com verbas e pessoal muito bem qualificado”. (PROFESSORA A).

“Profissionais capacitados e interessados no crescimento desses alunos, fazendo com que a palavra inclusão aconteça de forma que privilegie essas crianças. A escola não é um depósito de crianças! Elas precisam ser assistidas para que se desenvolvam satisfatoriamente. (PROFESSORA C).

“Conhecimento da inclusão/monitores com conhecimento/ambiente adequado/equipe preparada. (PROFESSORA E).

“É necessário que o professor busque constantemente informações que possam auxiliá-lo nas interações com os alunos, bem como receber apoio e auxílio de toda a equipe pedagógica e de monitoria em sala de aula”. (PROFESSORA F).

As professoras também responderam à uma questão sobre os principais desafios percebidos pelas mesmas no que se refere à inclusão da criança no contexto da Educação Infantil. Quanto aos principais desafios percebidos, destacam-se alguns pontos. A questão da formação acadêmica insuficiente, no âmbito das universidades, fica perceptível na resposta de uma das professoras, que afirma:

“As universidades não preparam seus alunos o suficiente para o professor desenvolver um bom trabalho com a inclusão. Não é apenas colocar a inclusão na escola, ela necessita de cuidados. (PROFESSORA C).

Outro ponto destacado nas respostas, diz respeito à falta de qualificação para o profissional depois que assume a profissão. Essa percepção é refletida em diversos dos questionários, destacando as seguintes respostas:

“A falta de cursos preparatórios para os profissionais desenvolverem as atividades”. (PROFESSORA G).

“Os principais desafios são a falta de formação dos docentes para trabalharem com a inclusão, os escassos recursos para desenvolver algumas atividades dentro das escolas e a questão de apoio familiar e escolar, que por vezes não se entendem. (PROFESSORA H).

“Falta de qualificação profissional” (PROFESSORA D).

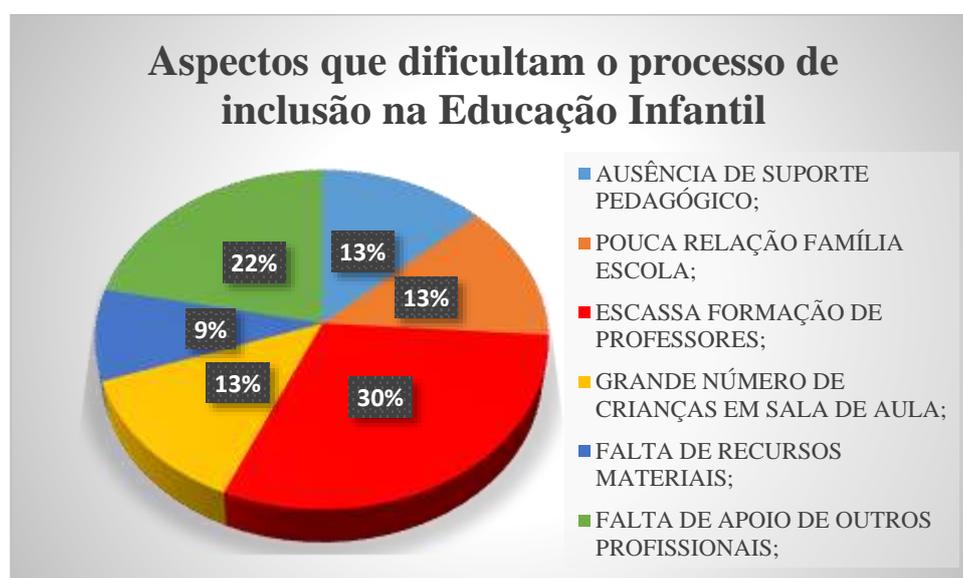
Analisando tais respostas, percebe-se que o que ganha destaque é a formação dos docentes como sendo insuficiente para a realização de um trabalho pedagógico inclusivo na Educação Infantil. Esse desafio é comprovado no que se refere aos aspectos que dificultam esse processo de inclusão na Educação Infantil e é demonstrado na tabela 2, ilustrada tendo por inspiração a escala de cores do arco íris, sendo que considera-se a cor azul claro para o número 1, azul escuro para o número 2, verde para o 3, amarelo para o 4, laranja para o 5 e finalizando, o vermelho para o número 6.

Tabela 2 – Aspectos que dificultam o processo de inclusão na Educação Infantil

PARTICIPANTE	AUSÊNCIA DE SUPORTE PEDAGÓGICO;	POUCA RELAÇÃO FAMÍLIA ESCOLA;	ESCASSA FORMAÇÃO DE PROFESSORES;	GRANDE NÚMERO DE CRIANÇAS EM SALA DE AULA;	FALTA DE RECURSOS MATERIAIS;	FALTA DE APOIO DE OUTROS PROFISSIONAIS;
A	5	3	6	2	1	4
B	3	4	5	6	2	1
C	4	2	6	1	3	5
D	4	1	6	3	2	5
E	3	6	4	2	1	5
F	2	3	6	4	1	5
G	4	1	5	3	6	2
H	1	6	2	5	4	3

Fonte: autora (2019)

Como forma de ilustrar o exposto acima, o gráfico a seguir foi construído considerando somente os dois primeiros fatores considerados pelos professores como mais dificultadores da inclusão.



Fonte: autora (2019)

O segundo desafio mais apontado pelos professores participantes é a falta de apoio de outros profissionais, comprovando a necessidade apresentada anteriormente. Também destaca-se a pouca relação família e escola e o grande número de crianças em sala de aula. Esses aspectos são vistos como desafios por estarem sempre presentes no ambiente da Educação Infantil e dificultarem as práticas pedagógicas inclusivas.

Outros aspectos também aparecem como dificuldades. Ganha destaque o que se refere também ao número elevado de alunos presentes na sala de aula, fato esse que dificulta o trabalho do professor que, por vezes, não consegue atender aos alunos de forma individual e mais atenta para perceber as dificuldades que cada um apresenta. Para tal, destaca-se uma das respostas obtidas no questionário.

“O elevado número de alunos em sala de aula dificulta o acompanhamento individual, por isso é necessário receber auxílio dos monitores. Também é necessário estar em constante aperfeiçoamento profissional e adequar os espaços para atender as mais diferentes necessidades”. (PROFESSORA F).

Entretanto, de um modo geral, ficou evidenciado que o principal desafio é a escassa formação dos professores para atuarem com crianças com NEE dentro da Educação Infantil. Percebe-se a relevância do assunto quando esse aspecto é abordado na grande maioria dos questionários e apontado em mais que uma questão pela mesma professora, comprovando que esse desafio ganha destaque e deve-se ater maior atenção a ele. Na graduação, os professores afirmaram não ter recebido formação específica para esse trabalho e torna-se perceptível a falta que sentem no que se refere à formação continuada.

A análise no que se refere à qualificação profissional para a inclusão na Educação Infantil inicia a partir da seguinte perspectiva:

A ampliação das oportunidades de formação dos profissionais da educação para a inclusão, o uso de novas abordagens pedagógicas, o investimento na educação infantil, o conhecimento do percurso educacional dos alunos e a construção de políticas de atenção às diferenças no ensino regular provocam um impacto significativo sobre a qualidade da educação. (FUMEGALLI, 2012, p. 27).

Ou seja, para que se tenha uma educação de qualidade, é necessário que se dê mais atenção ao papel do professor que atua no ambiente da Educação Infantil, oferecendo meios para que possa promover um trabalho que realmente condiz com a realidade da turma. Para Souto (2013), a formação do professor deveria estar de acordo com essa realidade que irá encontrar em sala de aula, para que saiba as melhores formas de lidar e de planejar as atividades.

Entretanto, a autora observa que o sentimento por parte dos professores é de despreparo, o que comprova as respostas da pesquisa apresentada.

De forma geral, “para atuar na educação especial, o professor deve ter como base na sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área”. (BAÚ, 2014, p. 55). Também é de responsabilidade do professor buscar conhecimentos e estratégias que possam ser utilizadas em sala de aula, visando proporcionar uma convivência que possa gerar a inclusão.

Fernandes (2013), bem como outros pesquisadores da área, também analisam o tema formação de professores como um desafio que precisa urgentemente ser superado. No que se refere à formação acadêmica de professores, Baú (2014) destaca que as universidades devem formar educadores que sejam capazes de construir estratégias e adaptar atividades conforme a necessidade da turma, não apenas para aquele considerado ‘incluso’, mas para todos aqueles que estão presentes.

A formação contínua ou continuada do professor permite que sejam revistas concepções que norteiam o trabalho pedagógico dos mesmos, visando aperfeiçoar tais práticas pedagógicas. Quanto à importância dessa formação continuada, destacada pelos professores e razão de constantes pesquisas, Valentini, Gomes e Bisol (2016) afirmam em seus estudos que a

formação engloba a formação inicial e continuada de professores e da gestão escolar para identificação, avaliação e práticas pedagógicas voltadas aos alunos com DI, bem como uma constante reflexão e questionamento das atitudes como educadores. (VALENTINI, GOMES E BISOL, 2016, p. 137).

Relacionando os principais desafios evidenciados pelos professores, é possível constatar a importância da busca constante do professor em ir além, tornando-se um professor inclusivo, conceito definido no capítulo 4. Torna-se necessário também que os professores participem ativamente dos momentos de formação e qualificação, reconhecidos por Antunes, Rech e Ávila (2015), como espaços de grande importância para uma reflexão crítica sobre a própria atuação no ambiente escolar.

A ampliação das oportunidades de formação dos profissionais da educação para a inclusão, o uso de novas abordagens pedagógicas, o investimento na educação infantil, o conhecimento do percurso educacional dos alunos e a construção de políticas de atenção às diferenças no ensino regular provocam um impacto significativo sobre a qualidade da educação. (FUMEGALLI, 2012, p. 27).

A formação do professor e a sua constante qualificação permite que o trabalho pedagógico seja desenvolvido da melhor maneira para todos os envolvidos, seja a própria

criança, a família, a turma e a comunidade escolar como um todo. Tendo como objetivo proporcionar uma educação inclusiva de qualidade, é necessário enfatizar a importância de um bom espaço no que se refere à inclusão dessas crianças, já que nele são vivenciados todos os processos e interações que permitem a inclusão.

Dessa forma, pelo viés da educação inclusiva, não é mais a pessoa com deficiência que precisa se adequar aos espaços, como acontecia na integração. Agora, são os espaços que devem ser organizados para receber a pessoa com deficiência. É a sociedade que precisa oferecer igualdade de oportunidades a todas as pessoas, inclusive, os indivíduos com deficiência. (ANTUNES; RECH; ÁVILA, 2015, p.177).

Concluindo a análise, compreendemos ainda mais a importância do ato de incluir na Educação Infantil. Para isso, tomamos as palavras de Silva Neto et al. para fortalecer nossa concepção de que:

É preciso que entendamos que o ato de incluir é, antes de tudo, uma lição de cidadania e de respeito para com o próximo. Incluir é reconhecer que existem outros de nós que precisam participar de todos os meios, seja profissional, educacional, social, independente das diferenças. A inclusão escolar não é um trabalho fácil. Estamos a rediscutir valores e preconceitos que estão enraizados em nossa cultura, mas estamos no caminho para alcançar a inclusão plena, pois é necessária uma reestruturação progressiva e uma transformação do pensar a escola. (Silva Neto et al., 2018, p. 90).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado permitiu uma análise de dois pontos importantes. A Educação Infantil, que visa o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade e a educação inclusiva, que visa assegurar o direito à educação para todos. Na sociedade atual, é necessário que esses dois pontos sejam unidos em único propósito: proporcionar a inclusão de crianças com deficiência e NEE em turmas de Educação Infantil, visando não apenas o desenvolvimento integral individual, mas sim uma convivência que favorece o entendimento do respeito às diferenças.

Ao realizar as pesquisas norteadoras do presente trabalho, foi possível identificar traços do percurso histórico da Educação Infantil e as inúmeras transformações que se realizaram ao longo do tempo para que fosse possível ter nos dias atuais, a obrigatoriedade de uma educação de qualidade, pautada no cuidar e educar. Destaco também a importância de conhecer as legislações norteadoras da Educação Infantil, que torna possível a realização de um trabalho que proporcione o desenvolvimento integral de todas as crianças, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

No que se refere à inclusão, podendo ser compreendida também através da Educação Especial e da educação inclusiva, as pesquisas foram de extrema importância para compreender ainda mais a importância da pessoa com deficiência na sociedade. O sentimento ao analisar a percepção sobre a pessoa com deficiência, é de profunda tristeza por todo o sofrimento e exclusão que viviam essas pessoas, cujas deficiências eram tidas como castigos ou defeitos.

A educação inclusiva surge, então, como forma de iniciar a transformação da sociedade em que se vive para um ambiente acolhedor e inclusivo, que proporcione a convivência através da ideia de respeito. Ideia essa que deve ter início na Educação Infantil, o primeiro espaço de convivência que o ser humano tem durante o seu desenvolvimento para pessoas além daquelas que são parte de sua família.

A inclusão na Educação Infantil gera um mundo de incertezas frente às perspectivas dos professores, que por não entenderem como o processo se organiza, se veem tomados pelo medo e pela angústia de não realizarem um trabalho eficiente e de não estar colaborando para a formação e o desenvolvimento das habilidades em seus educandos. A educação inclusiva é um processo lento, que exige a participação constante de todos os envolvidos, beneficiando não apenas a criança com deficiência e NEE, mas sim todos os educandos, já que o trabalho deve levar em consideração as diferenças existentes entre cada pessoa, cada personalidade e cada identidade.

Hoje, concluindo a graduação em Pedagogia e realizando um trabalho referente à pessoa com deficiência, considero ainda mais a inclusão como extremamente necessária principalmente por fatores familiares. Em suma, tenho um familiar com deficiência, mas que possui habilidades físicas e cognitivas que vão além daquilo que se esperava para a sua idade. Quando novo, pouca atenção lhe foi dada, afirmando que seria apenas uma má formação. Mas hoje, percebo que se ele tivesse tido o direito ao acesso e à educação, certamente seu desenvolvimento seria ainda maior e ele seria capaz de ler, escrever e se comunicar.

As aprendizagens obtidas ao longo da revisão bibliográfica e das pesquisas de opinião foram de grande importância na minha postura como profissional na área da educação. Considero a realização desse trabalho, bem como toda a vida acadêmica, fundamentais para ampliar os conceitos que se têm quando pensamos em inclusão. Tenho certeza que concluir essa pesquisa me faz ser ainda mais empenhada na luta pela inclusão que deve iniciar no ambiente da Educação Infantil, para que possa se tornar presente em toda a sociedade.

A Educação Inclusiva, especialmente quando ocorre no ambiente da Educação Infantil, é o primeiro passo para a transformação da nossa sociedade, tornando-a uma sociedade inclusiva. Em sala de aula, destaco a importância das estratégias inclusivas que proporcionem uma verdadeira inclusão para todas as crianças. Hoje, embora os paradigmas da inclusão e da integração ainda convivem, é necessário que se dê maior atenção à criança como um ser único, preparando o ambiente e tornando-o acolhedor e positivo para o desenvolvimento das habilidades da criança.

Considero importante também destacar a minha participação no IV Colóquio de Educação Discente da Universidade de Caxias do Sul, que tinha por objetivo reunir pesquisadores, profissionais e estudantes da educação e áreas afins para promover o debate a partir de referenciais éticos, estéticos e políticos sobre o contexto educacional da atualidade. O evento foi destinado a alunos dos cursos de Pós Graduação, Mestrado e Doutorado na área da Educação, além de alunos dos cursos de licenciatura, professores e demais interessados.

Nesse colóquio, tive a oportunidade de apresentar um recorte do presente Trabalho de Conclusão de Curso, denominado “Inclusão na Educação Infantil: Um mundo de incertezas”, no Grupo de Trabalho 3, sob o título de “Pluralidade: o outro e suas diferenças”. O GT3 foi coordenado por Rudson Adriano Rossato da Luz - Mestrando em Educação - UCS e Rafael Ramires Jacques - Doutorando em Educação – UCS e tinha como ementa:

O objetivo do GT Pluralidade é proporcionar um espaço de reflexão e compartilhamento de saberes a respeito das diferenças inerentes às relações humanas, tanto no que diz respeito a questões culturais, quanto a questões sociais, históricas,

políticas, educativas e/ou filosóficas. Em uma sociedade em que se intensificam os debates em torno do "respeito às diferenças", dentro dos mais variados discursos, o grupo se propõe a fomentar discussões entre pesquisadores, docentes e discentes, de diferentes níveis acadêmicos e áreas de atuação, que busquem aprofundar e compartilhar conhecimentos e experiências acerca das diferentes formas de pensar o Outro e as formas de se relacionar com ele e com suas diferenças. São bem-vindos os trabalhos acerca de questões como Inclusão, Exclusão, Pluralidade, Diferença, Ética e Alteridade. (UCS, 2019).

Considero de grande importância citar essa participação como apresentadora de trabalho no Colóquio de Educação Discente, tendo em vista o mundo de incertezas que a discussão sobre inclusão gerou. Foram diversos os aspectos abordados durante as apresentações, passando desde os motivos que favorecem e contradizem os processos da educação inclusiva, a própria história e os modelos de deficiência, a participação do professor nesses processos e de uma forma geral, abriu-se um espaço para a discussão que norteia não apenas a inclusão, mas o trabalho com as diferenças e a convivência.

Além disso, é importante frisar a importância da pesquisa realizada para construção da presente monografia, tendo em vista a escassez de materiais publicados sobre o assunto. A pesquisa de opinião permitiu uma análise das percepções e dos desafios constatados pelos professores de Educação Infantil no que se refere à inclusão. Tendo em vista uma ampliação dos estudos acerca do tema, considero importante a realização de uma pesquisa de campo ou pesquisa-ação, que possibilite uma observação e um contato maior com os sujeitos e cenários envolvidos.

Encerro a construção do meu Trabalho de Conclusão de Curso concretizando a ideia que já tinha: A inclusão é necessária na sociedade em que vivemos! Mas para que ela possa se concretizar, é necessário oferecer formações, qualificações, suportes e apoio especializado. Essas ferramentas são fundamentais para que os desafios percebidos pelos professores que atuam na Educação Infantil, bem como em todas as áreas possam receber atenção o suficiente para que sejam superados.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fabíola Fernanda Patrocínio. A inclusão das crianças com deficiência na educação infantil: processo em construção. **Educação**, [s.l.], v. 41, n. 2, p.270-279, 17 set. 2018. EDIPUCRS.

AMARAL, Marciliana Baptista; BARBOSA, Rita Petronilho. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ALGUMAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO: UM OLHAR PARA AS ESCOLAS EM JUIZ DE FORA. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, Juiz de Fora, v. 16, p.01-24, jul. 2014.

ANTUNES, Helenise Sangoi; RECH, Andréia Jaqueline Devalle; ÁVILA, C. C.. Educação inclusiva e formação de professores: desafios e perspectivas a partir do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.. **Praxis Educativa**, [s.l.], v. 11, n. 1, p.171-198, 2015. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). <http://dx.doi.org/10.5212/praxeduc.v.11i1.0008>.

BAÚ, Marlene Alamini. FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA. **Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia**, Universidade Tecnológica Federal do Paraná Câmpus Medianeira, v. 2, n. 10, p.49-57, 2014.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 ago. 2019.

Brasil. **Diretrizes e bases da educação nacional**. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 set. 2019.

Brasil. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, 2013.

Brasil. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASÍLIA. Brasil. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 set. 2019.

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciência & Educação (Bauru)**, [s.l.], v. 23, n. 1, p.1-6, mar. 2017.

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônia. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p.251-266, jul. 2011.

Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Berenice Weissheimer Roth (org). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 191 p.
FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1516-731320170010001>.

FERNANDES, Anna Costa. **A INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA DOCENTE**. 2013. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

FONSECA, Manoela da. **DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR À ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE APOIO/MONITOR**. 2016. 95 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

FUMEGALLI, Rita de Cassia de Avila. **INCLUSÃO ESCOLAR: O DESAFIO DE UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS?**. 2012. 50 f. Monografia (Especialização) - Curso de Educação Especial: Deficiência Mental e Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem, Departamento de Pedagogia, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012.

GADIA, Carlos A.; TUCHMAN, Roberto; ROTTA, Newra T.. Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento. **Jornal de Pediatria**, [s.l.], v. 80, n. 2, p.83-94, 2004.

GENTIL, Késia Priscila Gomes; NAMIUTI, Aline Pavan Sarilho. Autismo na educação infantil. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, [s.l.], v. 18, n. 2, p.176-186, 10 jul. 2015. *Revista Brasileira Multidisciplinar - Rebram*. <http://dx.doi.org/10.25061/2527-2675/rebram/2015.v18i2.335>.

GONÇALVES, Aline Kelly Scalco. **Estratégias pedagógicas inclusivas para crianças com paralisia cerebral na Educação Infantil**. 2016. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Especial, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

LIBÂNEO, J. C. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5. ed. revista e ampliada. Goiânia. Editora Alternativa, 2004.

LOPES, Conceição Aparecida Oliveira. **O brincar e a criança com deficiência física na educação infantil: O que pensam as crianças e suas professoras**. 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

LOURENÇO, Érika. **Conceitos e práticas para refletir sobre a educação inclusiva 1ª Edição**. Editora Autêntica 90.

MACÊDO, Lenilda Cordeiro de; DIAS, Adelaide Alves. “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”. In: IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, 2012, João Pessoa. **A EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA NO BRASIL ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX**. João Pessoa: Anais Eletrônicos, 2012. p. 01 - 17.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?.** Campinas: Editora Moderna, 2003.

MARQUES, Jacqueline de Oliveira Carvalho Pinto. **Educação Infantil: Ambiente alfabetizador.** 2008. 47 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Departamento de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2008.

MATURANA, Ana Paula Pacheco Moraes; MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão e deficiência intelectual: escola especial e comum sob a óptica dos próprios alunos. **Educar em Revista**, [s.l.], n. 66, p.209-226, dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.50516>.

MENDES, Melissa. **AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA HISTÓRIA E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE SEUS DIREITOS SOCIAIS.** 2012. 66 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MENDONÇA, Ana Abadia dos Santos. **EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DICOTOMIA DE ENSINO DENTRO DE UM MESMO PROCESSO EDUCATIVO.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL TRABALHO DOCENTE E PROCESSOS EDUCATIVOS. **Encontro de pesquisa em Educação.** Uberaba: Uniube, 2015. p. 01 - 08.

MINATEL, Martha Moraes; MATSUKURA, Thelma Simões. Familiares de crianças e adolescentes com autismo: percepções do contexto escolar. **Revista Educação Especial**, [s.l.], v. 28, n. 52, p.429-442, 11 maio 2015. Universidad Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/1984686x14708>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde.** 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. 407 p.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: Desenvolvimento histórico. Cadernos de História da Educação,** Uberlândia, n. 7, p.29-44, 2008.

MIRANDA, Maria de Jesus Cano. **EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA NO BRASIL E NA ESPANHA: UMA ANÁLISE COMPARADA DE PERCEPÇÕES DE DIRETORES(AS) E DE SUAS EQUIPES.** São Paulo: Editora Unesp, 2014.

PACHECO, Wellem dos Santos; OLIVEIRA, Marinalva Silva. Aprendizagem e desenvolvimento da criança com síndrome de Down: representações sociais de mães e professoras. **Ciências & Cognição**, [s. L.], v. 16, n. 03, p.01-13, 2011. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cc/v16n3/v16n3a02.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

PEREIRA, Kelda de Fátima; SCHMITT, Beatriz Dittrich. Produção de conhecimento sobre autismo na escola: uma revisão sistemática na base Scielo. **Cinergis**, [s.l.], v. 17, n. 1, p.68-

73, 1 jul. 2016. APESC - Associação Pro-Ensino em Santa Cruz do Sul.
<http://dx.doi.org/10.17058/cinergis.v17i1.7135>.

PINTO, Esther de Souza Almeida. **A inclusão na Educação Infantil: desafios e possibilidades**. 2017. 26 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso de Especialização em Educação Infantil, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2017.

PIZZANI, Luciana et al. A ARTE DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NA BUSCA DO CONHECIMENTO. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 10, n. 1, p.53-66, jul. 2012.

PRETTE, Zilda Aparecida Pereira del et al. Tolerância e respeito às diferenças:: efeitos de uma atividade educativa na escola. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Carlos, v. 14, n. 1, p.168-182, 2012.

RODRIGUES, Ana Paula Neves; LIMA, Cláudia Araújo de. A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão. **Revista Intertérios**, Caruaru, v. 3, n. 5, p.21-33, 2017.

SANTOS, Ivone Aparecida dos. **EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE: uma prática a ser construída na Educação Básica**. 2008. 40 f. Monografia (Especialização), Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná, Paraná, 2008.

SANTOS, Ligia Pereira dos; PEQUENO, Robson. **Tecnologias digitais na educação**. Campina Grande: Eduepb, 2011. 276 p.

SANTOS, Wederson Rufino dos. Assistência social e deficiência no Brasil: o reflexo do debate internacional dos direitos das pessoas com deficiência. **Revista Serviço Social**, Londrina, v. 13, n. 1, p.80-101, jul. 2010.

SERRA-PINHEIRO, Maria Antonia et al. Transtorno desafiador de oposição: uma revisão de correlatos neurobiológicos e ambientais, comorbidades, tratamento e prognóstico. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, [s.l.], v. 4, n. 26, p.273-277, 2004.

SILVA NETO, Antenor de Oliveira et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 60, p.81-92, janeiro, 2018.

SILVA, Fabiana Fernandes da. **A VIVÊNCIA LÚDICA NA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: DIFICULDADES E POSSIBILIDADES EXPRESSAS NO CORPO DA PROFESSORA**. 2011. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Processos Socioeducativos e Práticas Escolares, Universidade Federal de São João Del-rei, São João Del-rei, 2011.

SILVA, José Ricardo; SOUSA, Fabiana Lohani de. ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL. **Colloquium Humanarum**, [s.l.], v. 14, n., p.188-194, 15 dez. 2017. Associação Prudentina de Educação e Cultura (APEC).
<http://dx.doi.org/10.5747/ch.2017.v14.nesp.000941>.

SILVA, Otto Marques da. **A epopeia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: CEDAS, 1987.

SILVA, Simone Oliveira de Andrade. A educação infantil no Brasil: desenvolvimento e desafios ao longo da história. **Cadernoscenpec**, São Paulo, v. 4, n. 1, p.16-35, jul. 2014.
SOUTO, Maricélia Tomáz de. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO E CONTEMPORANEIDADE**. 2014. 38 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Química, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

SOUZA, Nelly Narcizo de. **INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA PEQUENA COM NECESSIDADES ESPECIAIS: CONCEPÇÕES DE MÃES, DE EDUCADORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DE PROFESSORAS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**. 2013. 181 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

TEHZY, Sandra Kamien. **SIMPLESMENTE IGREJA: um olhar sobre inclusão de pessoas com deficiência em busca de contribuições para uma práxis comunitária inclusiva**. 2008. 98 f. Tese (Doutorado) - Curso de Teologia, Instituto Ecumênico de Pós-graduação Religião e Educação, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2008.

TEIXEIRA, Claudia Arroyo; OLIVEIRA, Sandra Regina Garijo de. Atividade aquática e a psicomotricidade de crianças com paralisia cerebral. **Revista Motriz**, Bebedouro, v. 13, n. 2, p.97-105, 2007.

UNICEF (Brasil). Para Cada Criança. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. 2019. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>>. Acesso em: 10 set. 2019.

VALENTINI, Carla Beatris; GOMES, Ruthie Bonan; BISOL, Cláudia Alquati. **INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA**. **Revista Teias**, [s.l.], v. 17, n. 46, p.125-142, 21 set. 2016. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/teias.2016.25502>.

VASCONCELOS, Silvia Cristina Ravasio. **Percepções de professores de matemática a respeito da inclusão**. 2013. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Matemática, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

VIEIRA, Luciane Fernandes. **UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL E NO MUNICÍPIO DE RESERVA-PR**. 2014. 21 f. Monografia (Especialização) - Curso de Programa de Desenvolvimento Educacional, Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

VITALIANO, Célia Regina. Formação de professores de Educação Infantil para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: uma pesquisa colaborativa. **Pro-posições**, Campinas, SP, v. 30, p.01-30, 2019.

APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO

Inclusão na Educação Infantil

Informações Gerais

Sexo: () Feminino () Masculino

Idade: _____

Ensino Médio: Magistério () Outra formação ()

Graduação:

Não ()

Incompleta () Qual? _____

Completa () Qual? _____

Tempo de atuação como professor: _____

Tempo de atuação como professor na Educação Infantil: _____

Educação Infantil e Educação Inclusiva

1. Já trabalhou com alunos com Necessidades Educacionais Específicas?

Sim () Não ()

2. Caso afirmativo, quais?

3. Possui algum curso ou formação para trabalhar com alunos com deficiência ou necessidades educacionais específicas?

Sim () Não ()

Caso afirmativo, qual ou quais?

4. Com relação a inclusão de crianças com deficiência e necessidades educativas especiais na educação infantil assinale seu grau de concordância:

Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Não Concordo e Nem Discordo	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente

○ Explique a escolha de sua opção:

5. O que você considera necessário para que ocorra com qualidade a inclusão na educação infantil? Enumere-os de 1 (um) a 5 (cinco), de acordo com a importância.

- apoio institucional com espaços de discussão e diálogo junto à comunidade escolar;
- apoio de profissionais especializados na escola;
- planejamento e adequação dos processos educativos;
- parceria entre estudantes, familiares, professores e comunidade escolar;
- participação da equipe multidisciplinar/de apoio para superação das dificuldades;

<p>Considera-se: 1 - Pouca importância 5 - Extrema importância</p>

6. Cite outros aspectos que você considera fundamentais para a inclusão na educação infantil:

7. Quais são os desafios que você percebe para a inclusão da criança no contexto da educação infantil?

8. Com relação a sua experiência/vivência de inclusão na educação infantil o que você considera que dificulta o processo (numere em ordem de importância)

- ausência de suporte pedagógico;
- pouca relação família-escola;
- escassa formação de professores/insuficiência de teoria pedagógica;
- grande número de crianças em sala de aula;
- falta de recursos materiais;
- falta de apoio de outros profissionais (equipe multidisciplinar).

<p>Considera-se: 1 - Pouca importância 6 - Extrema importância</p>

APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado participante, gostaríamos de convidá-lo a participar do projeto de pesquisa “Inclusão na Educação Infantil”, através de um questionário realizado pela licencianda em pedagogia Marquéli Locatelli, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a. Carla Beatris Valentini. O objetivo desta pesquisa é identificar as percepções dos profissionais da educação quanto aos aspectos relacionados à inclusão, visando analisar os principais desafios encontrados. Esta pesquisa justifica-se pelo gradativo aumento no ingresso de crianças com deficiência e transtornos da educação infantil, o que despertou o interesse em investigar como vem sendo a interação, a relação ensino/aprendizagem entre os professores e os estudantes buscando compreender as necessidades e a dificuldades dos dois principais protagonistas desse processo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, as identidades serão mantidas no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificar os participantes. Os dados da pesquisa poderão ser vistos exclusivamente pela pesquisadora e sua orientanda. Nomes ou materiais que indiquem a sua participação não serão liberados sem sua permissão. O participante não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. O pesquisador se compromete a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de informações que o/a participante venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente, através dos telefones (54) 999778267 ou e-mail: cbvalent@ucs.br e [\(54\)999512375](mailto:(54)999512375) ou e-mail mlocatelli1@ucs.br.

Atenciosamente,

Marquéli Locatelli – Licencianda em Pedagogia

Carla Beatris Valentini – Orientadora

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu _____ portador do CPF nº _____, declaro que fui informado do objetivo do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento posso solicitar novas informações e modificar a decisão de participar da pesquisa, se assim o desejar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____ de _____ de 20____.
